

Casa comum, nossa responsabilidade



03 “Quero ver o direito brotar
e correr a justiça qual riacho
que não seca”
Luiz Alexandre Solano Rossi

19 Saneamento básico e saúde
Luís Eduardo Bovolato

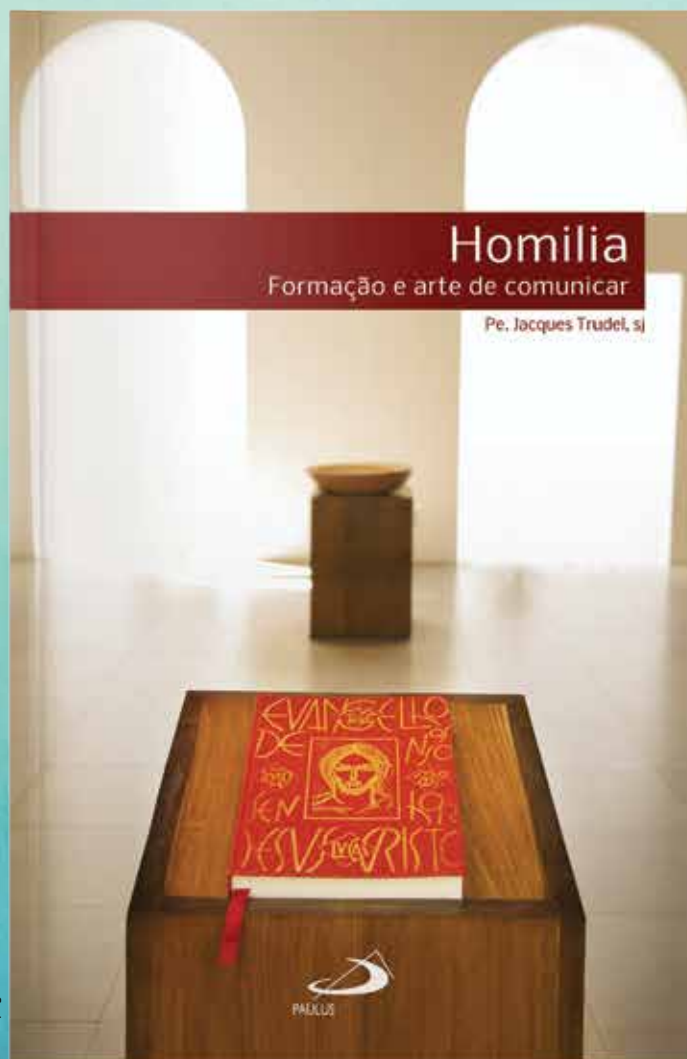
11 O discurso do desenvolvimento
sustentável, *marketing* e
simulacro
Marques Casara

31 Os desafios da equidade
verde em tempos de
mudanças climáticas
Cilene Victor da Silva

37 Roteiros homiléticos
Luiz Alexandre Solano Rossi

Homilia!

O que dizer? Como dizer?



Homilia

Formação e arte de comunicar
Pe. Jacques Trudel, sj

Com larga experiência pastoral, o autor elabora um trabalho cuja meta é ajudar na formação dos que se preparam para o exercício da homilia, para que possam desempenhar o ministério da Palavra de forma mais efetiva e eficaz. Pe. Jacques Trudel, ao final do livro, dá como bom exemplo de homilias aquelas do papa Francisco, homiliasta moderno, simples e rico.

Caros leitores e leitoras,

Graça e paz!

O lema da Campanha da Fraternidade deste ano, “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” (Am 5,24), e o tema, “Casa comum, nossa responsabilidade”, focando principalmente o saneamento básico, apontam para a ecologia integral e não a meramente ambiental. Estão em sintonia com a encíclica *Laudato Si* do papa Francisco, que também propõe uma abordagem ecológica integral: todas as coisas e seres do mundo como realidades inter-relacionadas, formando um grande todo. Não se pode falar de ecologia ambiental adequadamente sem falar de ecologia humana, de economia, de justiça social, de ética. Como lembra o papa na encíclica, “o grito da terra é também o grito dos pobres”. Com efeito, quando não se cuida do todo e não se cuida do meio ambiente, quem mais sofre as consequências são os mais vulneráveis, os pobres. É o que demonstra também a Campanha da Fraternidade, ao tratar da falta de saneamento e suas consequências, entre as quais as doenças.

A rica expressão do profeta Amós escolhida para o lema surgiu num contexto de muita religiosidade e pouca justiça social. O profeta adverte que cultos com esplêndidas liturgias, mas desligados da justiça e até servindo para disfarçar e desculpar ou ocultar injustiças, opressões e egoísmo, são rejeitados e detestados por Deus.

A degradação da “casa comum” é decorrente da ganância desmedida, da injustiça, da voracidade produtivista e consumista, as quais não só retiram da natureza mais do que é necessário para viver e do que ela pode dar, como também produzem lixo e poluição que a destroem. A degradação humana, a degradação ética e a degradação ecológica estão intimamente ligadas.

Para apaziguar a consciência, investe-se fortemente num discurso ecológico, da “sustentabilidade” ou do “desenvolvimento sustentável” superficial e paliativo, que não muda em nada essa engrenagem econômica perversa. Por um lado, são realizadas ações pontuais e inócuas a favor da natureza; por outro, ela é destruída, havendo até mesmo o uso do discurso da “sustentabilidade” como forma de *marketing*, para vender todo tipo de produtos supostamente ecológicos ou para melhorar a imagem de empresas predatórias. Esse discurso da sustentabilidade, ao invés de incentivar a redução do consumo, fomenta-o. Compulsivamente são comprados produtos que, no ato da compra, já se tornam obsoletos, sendo essa obsolescência muitas vezes definida por algumas pequenas mudanças nos objetos. Basta que os produtos sejam supostamente “verdes” para que as pessoas se sintam desresponsabilizadas pelo consumismo e pelo descarte. Ao mesmo tempo, retira-se da ideia de “sustentabilidade” tudo o que signifique renúncia, restando uma superficialidade hedonista, indolor e celebrativa. Esse tipo de discurso e atitude é similar à forma de religiosidade denunciada pelo profeta Amós.

O tema do cuidado da casa comum, em sintonia com a profecia de Amós sobre a relação entre religião e justiça social, constitui forte apelo de conversão neste período quaresmal. Ambos, tema e profecia, estimulamos a não cair no discurso ambiental superficial. Essa conversão quaresmal, para ser verdadeira, precisa ser capaz de renúncias (e não meramente de jejum); de solidariedade (e não meramente de esmola); de mudanças na lógica de morte de um sistema econômico destrutivo (e não meramente de oração descomprometida).

Pe. Jakson Alencar, ssp

Editor

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
Diretor Pe. Claudiano Avelino dos Santos
Editor Pe. Jakson F. de Alencar – MTB MG08279JP
Conselho editorial Pe. Jakson F. de Alencar, Pe. Claudiano Avelino dos Santos, Pe. Paulo Bazaglia, Pe. Darci Marin
Ilustrações internas Luís Henrique Alves Pinto
Editoração Fernando Tangi

Revisão Caio Pereira, Alexandre Santana e Iranildo Bezerra Lopes
Assinaturas assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789-4000 • FAX: 3789-4011
Rua Francisco Cruz, 229
Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP
Redação © PAULUS – São Paulo (Brasil) • ISSN 0507-7184
vidapastoral@paulus.com.br
www.paulus.com.br / www.paulinos.org.br
vidapastoral.com.br

Vida Pastoral – Assinaturas

A revista Vida Pastoral é distribuída gratuitamente pela Paulus. A editora aceita contribuições espontâneas para as despesas postais e de produção da revista.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livraria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para a manutenção da revista. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Tel.: (11) 3789-4000

Fax: (11) 3789-4004

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para: Revista Vida Pastoral – assinaturas
Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro
04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 0646-7, conta 5555-7

Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de setembro, 61 –
Campina – (91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco I – Edifício
Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Praça Dom Adauto, S/N
Junto à Cúria – Centro
(83) 3221-5108
joaopessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Rua Direita da Piedade, 20/22
Barris
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – RAPOSO TAVARES

Via Raposo Tavares, Km 18,5
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br



“Quero ver o direito brotar e correr a justiça qual riacho que não seca”

Luiz Alexandre Solano Rossi*

O profeta Amós escreve numa época de muita religiosidade e pouca justiça social. As palavras dele nos levam a perceber que a religião possui profunda inserção social. De nada vale prestar culto a Deus e os pobres continuarem a ser oprimidos.

*Doutor em Ciências da Religião pela Umesp, pós-doutor em História Antiga pela Unicamp e em Teologia pelo Fuller Theological Seminary. É professor no mestrado e doutorado em Teologia da PUC-PR e coordenador da graduação em Teologia da PUC-PR. E-mail: luizalexanderossi@yahoo.com.br.

Introdução

Amós está incluído no grupo dos “mensageiros da aliança”, e a maior parte de suas declarações são fragmentos de atividades judiciais da aliança, nos quais Javé, nos papéis de promotor e juiz, faz as acusações e condena a liderança do povo por violar a aliança e deixar de “observar os princípios básicos da política social expressa no decálogo”, explorando os fracos e pobres (Am 2,4-7). Provavelmente Amós profetizou entre os anos 760 e 755 a.C., durante o reinado de Jeroboão II, no reino do Norte (793-753 a.C.), pondo ênfase na questão social e econômica ao denunciar o luxo excessivo às custas da exploração da população comum.

Enquanto os abastados e funcionários do Estado viviam na comodidade, usufruindo do conforto concedido pela situação, esclarece Schwantes (2013, p. 16), os camponeses eram obrigados a bancar, com muito sofrimento, os planos de expansão comercial e militar de Jeroboão II. O rei impôs um au-



mento na tributação e colocou o serviço religioso como o centro arrecadador, usando as festas e rituais para incentivar a produção e consequentemente aumentar a arrecadação. Amós era contra essa religiosidade que de Deus não tinha nada! A classe dominante de Israel “multiplica as transgressões”, subjugando e empobrecendo o povo, usando até a força bruta para conseguir seus intentos (3,9-10; 4,1; 8,4). A necessidade que o Estado tinha de criar riquezas, forçando os camponeses com a tributação, surgiu graças aos altos custos do aparato militar, da elite administrativa, da expansão do comércio internacional e do consumo dos produtos de luxo importados. Tudo isso bancado pelo povo (Am 4,1), que era pisado (Am 2,7), aterrorizado (Am 3,9), esmagado (Am 4,1) e destruído (Am 8,4) pela tributação estatal. Amós deixa bem claro que a classe dominante em Israel se encontrava em uma situação confortável, segura e sem problemas. Viviam com a confiança de que o mal nunca se aproximaria deles. Agradeciam a Deus pela prosperidade, mas não se preocupavam nem se “afligiam com a ruína de José” (v. 6). A religiosidade dos abastados era de uma espiritualidade equivocada, já que achavam que Deus estava ao lado deles, abençoando-os, enquanto oprimiam os pobres e necessitados. Mas Deus “desceu para onde está o escravo, o sofredor, o oprimido. Ele nunca se encontra no lugar que é ocupado pelos opressores, pois nesses lugares existe a tendência de arrastar Deus para o seu lado com o objetivo de legitimar o esquema opressor” (ROSSI, 1990, p. 28). Javé sempre olhou pelos pobres e necessitados e nunca irá abençoar qualquer sistema que use de opressão para manter-se.

A rica expressão de Amós “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça

qual riacho que não seca” está inserida num contexto em que o profeta explicita o tipo de culto desejado por Deus. Os cultos espetaculares, com suas esplêndidas liturgias que demonstravam grande fervor religioso, não passavam de disfarces para esconder o grosseiro egoísmo e ateísmo prático dos líderes. Não devemos nos esquecer da vinculação do santuário de Betel à coroa e de como os sacerdotes eram funcionários do rei. Em Amós 7,13, Amasias, sacerdote de Betel e consequentemente funcionário de Jeroboão II, afirma que Betel era o santuário do rei e ali era o templo do reino, deixando claro que a situação

religiosa estava sob o controle real. É indiscutível que o templo foi facilmente manipulado por razões de Estado.

1. Rios secam quando deixamos de praticar a justiça

Os atos e rituais que expressavam liturgicamente a fé na divindade não foram criados pela camada pobre de Israel, mas sim pelos ricos e para os ricos. E assim o reinado de Jeroboão II tornou-se o contexto de práticas religiosas consideradas formas hediondas de pecado, porque vinculadas à opressão dos pobres. A religiosidade esquizofrênica em Israel também é encontrada em Amós 4,4-5, em que constatamos que o cumprimento dos rituais do templo, a adoração e a participação das festas seriam para proveito dos próprios ofertantes e para encobrir suas falhas morais e a opressão aos justos empobrecidos. Uma falsa religiosidade substituindo a prática da justiça e a adoração verdadeira. De nada valia a religião se era usada para encobrir as injustiças, tampouco seus rituais bem elaborados e a pompa dos cultos. E o que falar de Amós 8,4, em que lemos sobre o desprezo pelos



dias sagrados que os comerciantes eram obrigados a observar? Não viam a hora de passar esses dias para que pudessem pôr em prática seus métodos para enganar e roubar a população oprimida.

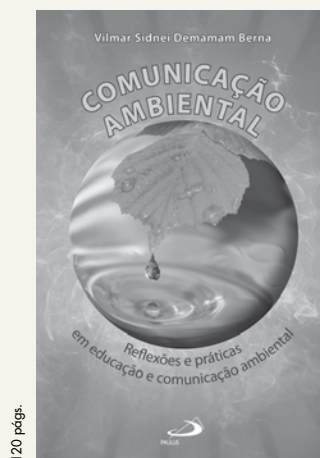
Esses dados mostram que as práticas religiosas em Israel eram meramente formais, sem um real relacionamento do cultuador com Deus. As festas, os ritos, os dias santos, os sacrifícios, as procissões eram, todos, meios de autogratificação dos ofertantes, usados para compensar sua injustiça. O que caracterizava, portanto, a religiosidade das classes altas de Israel era: luxo e pompa na forma; falta de contato com Deus no conteúdo; manipulação da divindade na atitude, a fim de legitimar as práticas contrárias à lei da aliança (ZABATIERO, 2013, p. 50).

O código da aliança estava completamente esquecido, não era mais praticado. E o se importar com o próximo não estava mais em uso. Participar de um culto manipulado era o suficiente para justificar as injustiças dos poderosos. Aos olhos dos profetas, havia íntima relação entre a injustiça e a falta de misericórdia dos poderosos, de um lado, e a pobreza espiritual deles, de outro. A religião dos ricos era fingida, uma máscara que escondia suas reais intenções de oprimir e roubar os pobres e fracos (Os 6,6; Am 5,21-24).

Na crítica dos profetas, “o culto se converteu num lugar de autocomplacência e de fatura. Javé se converteu em mera função de uma empresa religiosa que é manipuladora e interessada” (BRUEGGEMANN, 2007, p. 711). O culto deveria ser testemunha e encarnação da prática de comunhão com Javé, com o verdadeiro caráter de Javé como soberano e misericordioso. Mas o templo e os rituais nele realizados funcionavam somente como um possível calmante para Javé. O significado dos rituais se esvaziara, perdera-se de vista o que realmente importava: amar solidariamente.

Comunicação ambiental Reflexões e práticas em educação e comunicação ambiental

Vilmar Sidnei Demamam Berna



A mudança que todos queremos e precisamos rumo a uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente mais justa, defende Vilmar S. D. Berna, neste livro, não é obra do acaso, mas resulta de nossas escolhas baseadas nas informações que recebemos, nos valores que nos motivam e nas ações e atitudes que tomamos concretamente. Se estas informações forem mentirosas, insuficientes ou manipulada, certamente isso influenciará essas escolhas, e a mudança rumo à sustentabilidade poderá ser comprometida.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





Quando os profetas criticavam o que ocorria no templo e deslegitimavam os ritos sacrificiais, a intenção deles era somente uma, acabar com as injustiças sociais e econômicas. Talvez seja possível afirmar que os profetas propunham nova forma de adoração, fundamentada na prática da justiça e no restabelecimento do direito dos pobres e explorados. Nos profetas encontramos o desmascaramento da violência e da superficialidade do sistema religioso e a declaração de qual rito é, de fato, agradável a Deus: a prática da solidariedade. É preciso insistir no fato de que, para o povo de Deus, a justiça representa tanto o problema essencial da existência quanto um elemento essencial de saúde social.

Atos de maldade, violência e injustiça provocam Javé. Vivemos num tempo em que é praticamente impossível não ser envolvido com a exploração do pobre no mundo. No entanto, a solidariedade é palavra que assume contornos de arcaico e de raridade. Esquecemo-nos com muita facilidade de que a medida de uma sociedade plenamente humana reside justamente na vida de seu povo pobre. Uma sociedade em que falta o cuidado pelo vulnerável/pobre é, significativamente, desumana e desumanizadora. A opressão do fraco pelo forte há de se tornar na literatura profética um sinal incontestável da negação de Deus. Nesse sentido, a negação de Deus não passaria pela confissão religiosa, mas, sim, pela negação de gestos de solidariedade e de proteção em relação aos mais fracos.

2. O conhecimento de Deus exige sempre a prática da justiça

Exatamente por causa disso também podemos interpretar a realidade e como ela se manifesta por meio do não conhecimento de

Deus. Poder-se-ia dizer que a totalidade da sociedade é prejudicada quando alguém se afasta desse conhecimento e, conseqüentemente, o custo social se eleva. Todas as vezes que o conhecimento de Deus é rejeitado, mal interpretado, manipulado ou ocultado, temos forte reflexo no aumento da prática de injustiças entre os mais pobres.

O conhecimento de Deus exige sempre a prática da justiça exatamente porque ele é a fonte da prática da justiça. Percebe-se que o cotidiano é o definidor do conhecimento de Deus. Não é necessário olhar para o alto, mas sim para a terra! A vida prática daqueles que deturpam o conhecimento de Deus é vida cheia de injustiças entre os seres humanos. Devemos, sem sombra de dúvida, pensar de forma coletiva, ou seja, talvez seja necessário abandonar a percepção de que conhecemos Deus a partir da singularidade. Por quê? Basicamente porque compreender o conhecimento de Deus como toda a sociedade – todo o tecido social – é prejudicado quando alguém se afasta desse conhecimento. A questão, portanto, não é a integridade de Deus, mas a integridade do ser humano e da criação.

O *ranking* do conhecimento de Deus – alto ou baixo – residiria na maneira como a solidariedade é praticada para com o pobre! A relação de proximidade existente entre Deus e o próximo é de extrema clareza no Antigo Testamento. A negação do outro pobre significaria a negação do próprio Deus. Dois textos me parecem emblemáticos a fim de esclarecer um pouco mais: “Não explorarás o assalariado necessitado e pobre, seja ele seu irmão ou um estrangeiro que reside em sua terra. Pagarás a ele a cada dia seu salário, sem deixar que o sol se ponha sobre esta dívida; porque ele é pobre e, para viver, necessita de seu salário. Assim ele não clamará a Javé contra ti e não ficarás em pecado” (Dt

“Uma sociedade em que falta o cuidado pelo vulnerável/pobre é, significativamente, desumana e desumanizadora.”



24,14-15); “Quem burla de um pobre ultraja o seu Criador” (Pr 17,5). Gutiérrez é claro ao afirmar: “Onde há justiça e direito há conhecimento de Javé, quando aqueles faltam este está ausente [...] o Deus da revelação bíblica é conhecido através da justiça inter-humana” (1973, p. 252). A equação me parece diáfana: recusamos o próprio Deus quando aceitamos e até mesmo legitimamos a desigualdade social, política e econômica. Se a presença de Deus acontece de maneira ativa e proativa em relação aos pobres, nosso encontro com ele somente pode acontecer a partir de gestos concretos que viabilizem a solidariedade com os pobres e sua libertação. Na miséria se encontra a verdadeira face de Deus.

Em outras palavras, se o comportamento ético não melhorar, a consequência inevitável seria a ausência de Javé de sua própria casa. A acusação de fundo é justamente aquela que aponta para a discrepância entre o comportamento na vida diária e a confiança no templo. A verdadeira religião foi convertida em mentira por conta das injustiças cometidas pela comunidade de adoração contra os pobres em seu meio. É necessário salientar, segundo a percepção de Blank (2002, p. 47), que “não é o culto em si que está sendo rejeitado, mas toda a ideologia que usa o culto para encobrir interesse de poder, interesses ideológicos e até interesses econômicos ou religiosos”. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a falsa adoração contribui para um aumento substancial do custo social. Onde falta a dimensão horizontal, a dimensão vertical é impossível. Percebe-se uma relação de anterioridade do horizontal sobre o vertical. A relação horizontal é pré-requisito para a vertical, e a vertical somente subsiste com base na emergência da horizontal. Não se trata de repudiar o sacrifício realizado nas celebrações, mas de indicar que ele é inaceitável quando as qualidades da justiça e do direito estão faltando.

O relacionamento com Javé não é construído por meio de um processo mágico, mas

unicamente por meio da obediência à sua vontade, que é livre e não se prende a coisa alguma. Além disso, o profeta acrescenta que a busca que eles fazem por Deus no templo não combina com as injustiças praticadas no dia a dia; isto é, ele condena enfaticamente os sacrifícios realizados no templo acompanhados pelas injustiças praticadas exteriormente (cf. Is 1,10-17). O culto não combina com a vida diária deles e, por isso, não é autêntico. O comportamento diário é o critério para a autenticidade do culto. Certamente, para o profeta, é aquilo que acontece nas ruas que profana ou não o templo. E, conseqüentemente, Amós relativiza a forma de culto que não tem seu início na “sacralização” da vida, ao dizer que Javé deseja ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca. No entanto, muitos não viam a necessidade de seguir a vontade de Javé na vida diária. Era, poderíamos dizer, uma fé sem responsabilidade social.

Não se trata, portanto, de rezar mais ou menos. Mas de encontrar Deus e celebrar a vida no encontro com os pobres, pois “somente através deles o homem entra em contato com Deus. Ou, melhor dizendo, somente quando o homem busca a Deus por esta via indireta tem sentido buscá-lo também de forma direta” (SICRE, 1990, p. 401). Não resta dúvida de que o conhecimento de Deus se manifesta notadamente no campo das relações entre os seres humanos. Afirmaríamos que o mais importante não é o culto, mas a prática da justiça! Epsztein segue na mesma linha ao afirmar que “o culto de Javé que não for acompanhado de conduta íntegra torna-se blasfêmia, induzindo os fiéis ao erro” (1990, p. 112).

A percepção de Amós tinha como ponto de partida o espaço público, para somente depois caminhar em direção ao espaço privado. Nesse sentido, o espaço do templo – contraposto ao espaço público, isto é, das ruas – talvez possa ser visto na literatura de Amós como uma extensão do que acontece na vida pública. Afirmar



mamos que era extensão porque o profeta não percebia a “vida das ruas” e a “vida do templo” como entidades distintas e distantes. Seriam realidades complementares que poderiam, até mesmo, agir como agentes de reforço mútuo. A tentação de um dualismo que separa a *vida* do *culto* é real! Mas o culto deveria funcionar como se fosse uma retroalimentação dos fiéis, que os modelaria e os levaria a uma prática alternativa no “mundo real”. Somos necessariamente levados a concluir que a prática do bem, da retidão e da justiça era a expressão fundamental do compromisso com Javé. De acordo com Vitório (2012, p. 26): “o padrão de conduta baseado na vontade divina estava calcado nas relações interpessoais fundadas na misericórdia e na justiça, mais do que em práticas culturais. O cultural ocupava lugar secundário, quando se tratava de agir corretamente em relação ao semelhante”.

Nos mais variados textos proféticos é possível perceber com clareza a decadência da fé em Israel. Uma decadência não originada da falta de “fé”, mas sim da falta de foco em observar a relação intrínseca e inevitável entre celebração da vida e celebração de Javé. Todavia, os atos formais do culto, por mais performáticos que pudessem ser, já não davam qualquer sinal de que ali se adorava a Javé. Gerstenberger (2007, p. 233) ratifica que, na época dos profetas, “crítica social e crítica ao culto andavam de mãos dadas”.

A questão de fundo dos profetas não era a reforma pura e simples da liturgia que ocorria nas celebrações no templo. Não se tratava de reforma e muito menos de uma crítica ao modelo litúrgico. O que se condenava de maneira contundente era a falta de vínculo entre celebração e vida, isto é, pensava-se que Javé pudesse ser subornado e comprado com rituais grandiloquentes e, além disso, que Javé pudesse estar do lado deles, mesmo quando

a violência e a opressão se faziam presentes na ordem do dia.

Os profetas, nesse sentido, demonstravam profunda convicção de que a celebração religiosa não podia ser separada da vida. Seria impensável e, até mesmo, impossível buscar a Deus sem reconhecer a necessidade imperativa de praticar a justiça em todas as relações humanas. A violação do direito inalienável do ser humano é, antes de tudo, uma violação do próprio Deus. Trata-se de crime contra Javé, o autor e protetor da vida. Afinal, ao suprimir o direito do pobre, “sua existência em si está ameaçada” (SCHWANTES, 2013, p. 100). Não se trata, portanto, de ações dos poderosos que ameaçam somente a propriedade; em jogo está a própria vida dos oprimidos.

A situação descrita por Amós em seu livro é a de indivíduos que, durante o dia, exploravam as pessoas e, mais tarde, se refugiavam no templo. Eles queriam estar próximos de Deus, contanto que pudessem estar distantes de todos os outros que eram diariamente violentados por eles mesmos. Todavia, poderíamos afirmar que não há como ter comunhão com Deus e, ao mesmo tempo, oprimir as pessoas; não há comunhão vertical quando não há comunhão horizontal; e seria impensável amar a Deus que não vemos se negligenciarmos aqueles que vemos. Uma das mais belas peças teológicas dos profetas pode muito bem ser assim resumida: não há conhecimento de Deus quando não há comunhão e solidariedade com os mais pobres.

3. Se dez vezes formos aos pobres, dez vezes nos encontraremos com Deus

Os caminhos do povo de Deus em direção aos santuários de Betel, Berseba, Gilgal

“A performance no culto de nada adianta se estiver desvinculada da performance em defesa da vida dos mais fracos.”



ou Jerusalém, ao invés de aproximarem-no de Deus, distanciavam-no. Eram caminhos que levavam para mais próximo dos templos e para mais distante dos pobres! A religião não pode ser vista na perspectiva do conceito de neutralidade. Estamos diante de pessoas que exploravam a revelação religiosa em vista de seus próprios interesses. Narcotizavam as próprias mentes de tal maneira, que passavam a utilizar conscientemente a religião para justificar suas injustiças no trato com seus semelhantes. A direção a princípio poderia ser considerada correta, mas os passos revelavam uma prática que situava em compartimentos bem separados a religião e a vida. Nesse caminho presumiam que Deus estivesse com eles, mas na verdade não o conheciam. Não podemos nos esquecer de que a prática do bem é sinal incontestável da presença de Deus. E, conseqüentemente, “ninguém pode pressupor que Deus está com ele, se não pratica o bem” (LOPES, 2007, p. 130). E Amós não nos deixa esquecer, por exemplo, de que “buscar a Deus” (5,4) e “buscar o bem” (5,14) têm o mesmo significado. Havia entre eles muita religiosidade e nenhuma vida, mas não podemos nos esquecer de que a vida precede o culto.

Amós não fala sozinho; Isaías e Jeremias juntam-se a ele para nos dizerem que Javé estava cansado do culto que parte da população fazia porque havia iniquidade associada ao ajuntamento solene (Is 1,11-13). Liturgia e vida deveriam ser visualizadas simetricamente, isto é, toda vida deveria ser percebida como cúlrica. Amós, por sua vez, usa palavras realmente fortes para demonstrar a desaprovação ao culto: “aborreço”, “desprezo”, “não me deleito”, “não me agradarei nem atentarei”, “afasta de mim o estrépito”, “não ouvirei” (5,21-23). Impressiona a força das palavras e como todas elas nos levam a pensar que a prática da justiça e do direito deve preceder o ritual religioso. Os rituais, por mais pomposos que possam ser, não substi-

tuem a prática da justiça. Aqueles do meio do povo que acorriam aos santuários poderiam ser descritos da seguinte forma:

Eles iam ao templo, mas a vida não era transformada; cantavam, mas não adoravam; corriam a Gilgal, mas não deixavam correr os ribeiros de justiça e de retidão. Não havia conexão entre religião e vida. Eles eram liturgicamente avivados, mas eticamente reprovados; tinham carisma, mas não caráter; cantavam bonito no templo, mas viviam de forma horrenda aos olhos de Deus; diziam amar a Deus, mas oprimiam o próximo (LOPES, 2007, p. 135).

A celebração da vida não apenas precede o ritual religioso, como também o ratifica. Mazzarolo (2005) segue igualmente pelo mesmo caminho ao dizer:

Deus não quer em primeiro lugar um culto dirigido a ele, muitas vezes como desculpa para a conduta injusta de vida; ele quer, sim, uma vida nova que espalhe sua própria justiça. A exigência de Deus, portanto, é para que os homens se convertam da relação de desigualdade para uma relação social justa e igualitária, através da partilha de um sistema econômico onde os bens são distribuídos de tal maneira que gerem vida para todos.

Todavia, o contrário, por mais sugestivo que possa ser e parecer, não expressa nem de perto a mesma e necessária verdade da teologia bíblica do Antigo Testamento. Deus procura vida, e não culto.

Conclusão

A *performance* no culto de nada adianta se estiver desvinculada da *performance* em defesa da vida dos mais fracos. Deus não cabe na sacristia nem muito menos pode ser reduzido a um sacristão! Rituais desconecta-



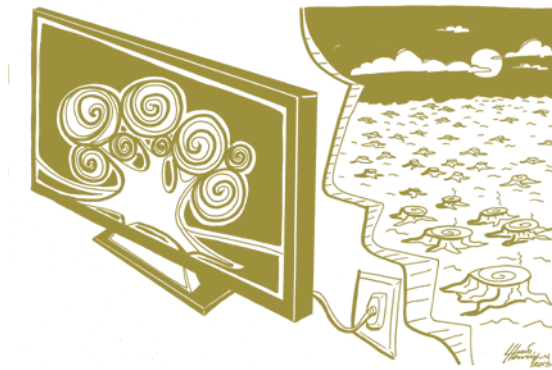
dos da vida e que negam a vida estão à procura da domesticação de Deus. Domesticando o sagrado, pensam que podem manipulá-lo e, manipulando-o, invertem a posição, ou seja, deixam de ser criaturas para se tornar criadores. Havia uma grande falha na teologia que procedia do templo exatamente porque ela não tinha como fonte perene de alimentação a libertação e a defesa do mais vulnerável. A percepção de Amós nos ajuda a compreender que os crimes sociais se tornaram crimes religiosos

Que fazer para sobreviver dentro de um sistema em que o pobre é uma forma ilegítima de existência humana?

Amós nos ajuda a pensar que adoramos a Deus no corpo desfalecido dos fracos. O corpo deles é um altar em que Deus sempre se faz presente. Nesse sentido, um crime cometido contra o ser humano deve ser compreendido como um crime contra Deus e, além disso, a negação do caráter de cuidador dos pobres se reflete na negação da divindade. Quando caminhamos em direção aos pobres, são os nossos pés que rezam. ●

Bibliografia

- BLANK, R. J. O Deus que desafia seu próprio culto. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 10, p. 33-47, 2002.
- BRUEGGEMANN, W. *Teologia del Antiguo Testamento*. Salamanca: Sígueme, 2007.
- EPSZTEIN, L. *A justiça social no antigo Oriente Próximo e o povo da Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- GERSTENBERGER, E. *Teologias no Antigo Testamento*. São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- GUTIÉRREZ, G. *Teologia da Libertação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.
- LOPES, Hernandez Dias. *Amós: um clamor pela justiça social*. São Paulo: Hagnos, 2007.
- MAZZAROLO, I. *O clamor dos profetas ao Deus da justiça e misericórdia*. São Paulo: Mazzarolo, 2005.
- ROSSI, Luiz Alexandre Solano. *Como ler o livro de Jeremias: profecia a serviço do povo*. São Paulo: Paulus, 1990.
- SCHWANTES, M. *O direito dos pobres*. São Leopoldo: Oikos, 2013.
- SICRE, J. L. *A justiça social nos profetas*. São Paulo: Paulinas, 1990.
- VITÓRIO, J. Nas sendas do direito e da justiça. Educação para uma vida ética no profetismo bíblico. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, v. 113, p. 23-36, 2012.
- ZABATIERO, J. P. T. *Uma história cultural de Israel*. São Paulo: Paulus, 2013.



O discurso do desenvolvimento sustentável, *marketing* e simulacro

Marques Casara*

O discurso da sustentabilidade é o vetor mediático da ecologia sobredeterminada pelo consumo. O homem “sustentável” está docemente integrado às estruturas de dominação e mercantilização da vida, onde se é livre para fazer o que se queira, desde que não atrapalhe os negócios.

*Mestrando em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Foi roteirista da Central Globo de Produções e repórter em diversas revistas semanais. Agraciado com o Prêmio Esso de Jornalismo e com o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, entre outros. E-mail: marques@papelsocial.com.br.

O papa Francisco, em sua passagem pela Bolívia durante a recente viagem à América do Sul, chamou o capitalismo de “ditadura sutil” e perguntou ao público que o escutava: “Reconhecemos que este sistema impôs a lógica dos lucros a qualquer custo, sem pensar na exclusão social ou na destruição da natureza?”

Disse ainda, respondendo à própria pergunta: “Se é assim, insisto, digamos sem medo: queremos uma mudança, uma mudança real, uma mudança de estruturas. Este sistema já não se aguenta... e tampouco o aguenta a Terra, a irmã Mãe Terra, como dizia São Francisco” (MAISONNAVE, 2015).

Amparada pela próxima Campanha da Fraternidade, que conclama a sociedade brasileira a assumir sua responsabilidade diante da crise ambiental, a Igreja Católica, unida a outras Igrejas cristãs, entra em uma questão que está na ordem do dia. Ao redor do mundo, pesquisas climatológicas, geológicas e paleoclimatológicas mostram que a interferência



humana no bioma vem causando alterações de resultados incertos, muitos deles possivelmente catastróficos, que mudarão a forma como as espécies coexistem no planeta.

Como sabemos, o comportamento predatório da humanidade é inerente à sua condição existencial. Com a Revolução Industrial e o desenvolvimento tecnológico, tal comportamento foi potencializado a níveis considerados insuportáveis para a continuidade da vida humana nos moldes que se conhecem, principalmente por conta da crescente e indiscriminada queima de combustíveis fósseis, com efeitos sobre a temperatura planetária e a qualidade do ar, do solo e da água.

Diante desse cenário, no final dos anos 1980, a Organização das Nações Unidas conclamou os povos a se unirem em torno do “desenvolvimento sustentável”. Por intermédio do relatório *Nosso futuro comum* (UN DOCUMENTS, 1987), faz uma crítica ao modelo econômico adotado pelos países. Questiona as práticas produtivas vigentes, baseadas no uso intensivo de recursos naturais, e as contrapõe a uma nova e idealizada forma de viver e de fazer negócios, pautada pelo que então foi definido como “desenvolvimento sustentável”.

Nosso futuro comum serviu de referência para uma série de eventos posteriores, que passaram a apregoar a necessidade de mudanças na condução da vida, a fim de garantir certo grau de equilíbrio na obtenção e uso dos recursos naturais, evitando um colapso ambiental. Inicialmente adotada por organizações ambientalistas, rapidamente a defesa da “sustentabilidade” passou também a fazer parte dos discursos de governos e empresas.

É sobre esse discurso que trata o artigo que aqui se inicia. Lança um olhar crítico sobre um tema muito celebrado, mas pouco estudado: o

emprego do discurso da sustentabilidade como dispositivo totalitário, a serviço de processos midiáticos elaborados com o propósito de fortalecer estruturas de controle, poder e dominação. Uma falsa consciência ecológica, consumista e hedonista, que se apresenta como muleta ideológica de aspecto eminentemente conservador, a apaziguar os espíritos mais sensíveis mediante um comportamento ao estilo politicamente correto, no qual se reciclam latinhas de alumínio, separa-se o lixo, doa-se dinheiro para causas humanitárias, mobilizam-se empresários para a proteção da floresta amazônica.

nheiro para causas humanitárias, mobilizam-se empresários para a proteção da floresta amazônica.

Ações que não arranham o problema, não tocam nas estruturas da “ditadura sutil”. Assim, o que era para ser um discurso de vanguarda e emancipador, em nome da construção de um mundo “melhor” e menos predatório, torna-se uma ferramenta de fortalecimento da ética indolor, distanciada e minimalista que rege a sociedade atual, eminentemente focada no consumo como propósito de vida.

Nesse contexto, este artigo apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa que segue em curso no âmbito do curso de pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, do qual o autor é aluno. Antecipa-se aqui, em primeira mão, algumas conclusões.

1. Vacina de conforto ético

Desde que começou a ser usado nos anos 1980, o tema da sustentabilidade rapidamente se tornou fenômeno midiático, defendido aos quatro ventos pelos mais variados atores do espectro ideológico. Para que isso fosse possível, desidratou-se a sustentabilidade de tudo o que remetesse a algum tipo de renúncia, restando um caldo de fácil digestão, agradável, celebrativo, espetacular e indolor.

“O discurso do desenvolvimento sustentável é apresentado como solução para tudo, não há indicadores que comprovem alguma mudança do modelo econômico vigente.”

Dispositivo multiúso para ocasiões diversas, a sustentabilidade está à disposição para qualquer tipo de “customização” que se faça necessária, de modo a adequá-la a discursos políticos, *cases* empresariais, manifestos de organizações anticapitalistas radicais, organizações não governamentais. Engenhoca a operar como vetor de simulação e dissimulação a serviço de causas, ideologias, governos, empresas, organizações sociais, igrejas.

O discurso da sustentabilidade é o vetor mediático da ecologia sobredeterminada pelo consumo. O ser humano “sustentável” está docemente integrado às estruturas de dominação e mercantilização da vida, as quais o acalentam com a oferta de “produtos verdes”, “qualidade de vida”, “liberdade de escolha” e nas quais se é livre para fazer o que se queira, desde que se faça a coisa certa: não atrapalhar os negócios. A “consciência verde” é aceita com fluidez pelo sujeito-mercadoria e sua ética minimalista, que aboliu da sustentabilidade todo e qualquer sacrifício, incorporando com prazer o seu vetor espetacularizado e hedonista, no qual a lógica do desejo se sobrepõe à lógica da necessidade, e a sustentabilidade se torna uma mercadoria de troca, sem romper com o ciclo do consumo.

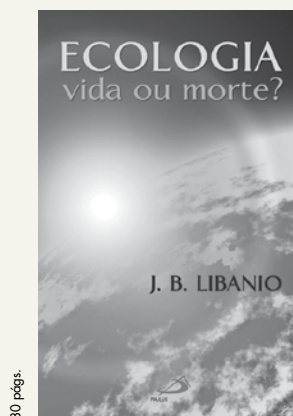
Em seu caráter farsesco, o discurso do desenvolvimento sustentável age como uma vacina de conforto ético, a acalentar espíritos irrequietos pela percepção da culpa inerente à condição predatória da época em que vivemos, referenciada pelo hiperconsumo “des-subjetivado”, indolor, pasteurizado, desprovido de reflexão e entendimento de causalidade, num tipo de entrega fundamentalista aos templos climatizados que se erguem a um quarteirão de casa, com toda sorte de produto para os problemas do corpo e da alma.

2. Sujeito-mercadoria

O desenvolvimento sustentável é um sucesso em seu aspecto discursivo. A máquina de

Ecologia Vida ou morte?

J. B. Libanio



A grande batalha do século XXI trava-se na ecologia. Ou criamos uma nova consciência, controlando a sede insaciável de consumo e de desperdício, ou nos arruinamos todos juntos. O Titanic da Terra chocar-se-á com o iceberg da loucura destrutiva do homem ocidental. Que estes breves artigos sobre ecologia sejam uma gota d'água para mitigar a seca gigantesca de que nos ameaça o tipo de desenvolvimento capitalista, insaciável, privatizante e doentio.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





vendas é implacável. É um buraco negro que suga tudo ao redor. Observe-se, por exemplo, o caso da organização Greenpeace, uma das mais conhecidas frentes globais em defesa do meio ambiente. O Greenpeace se autoproclama independente das estruturas de controle por não aceitar dinheiro de empresas e governos, apenas de doadores individuais, permitindo assim “liberdade” de atuação. Essa ideologia, acompanhada de farta propaganda, oferece ao ativista – e ao doador de recursos – a certeza de que há pela frente uma luta boa de ser lutada. Uma luta de libertação, epopeica, heroica, uma batalha contra gigantes corporativos. Uma luta em defesa das matas, dos rios, para acabar com os transgênicos e com a caça às baleias. “Sustentabilidade é algo que reside na alma”, diz o Greenpeace em seu *site* na internet (GREENPEACE, 2014).

A questão é que o sistema hegemônico encontrou mecanismos de escape. Enquanto as organizações ambientais têm o mesmo discurso há décadas, as megacorporações responsáveis pela devastação ambiental mudaram muito nos últimos anos. Passaram a adotar as mesmas falas do movimento ambientalista, trazendo o problema para si, incorporando os conceitos de “desenvolvimento sustentável” e deixando o ativista em paz com o seu megafone, pois o seu discurso agora está a serviço das corporações, a serviço da propaganda do “consumo sustentável”, “ecológico”, “verde”, “responsável”, meras mercadorias. Na sociedade mediática do século XXI, o consumo aparece como amálgama para unir as diferenças e colocar empresas predatórias e organizações ambientais no mesmo saco. Ambas querem um mundo “sustentável”, com “qualidade de vida”, “democracia”, “respeito à natureza”.

Das 290 mil organizações não governa-

mentais existentes no Brasil (IBGE, 2010), dezenas de milhares têm suas ações articuladas em torno da “sustentabilidade”. Não há ONG “contra” a sustentabilidade, assim como não há empresa ou governo. A causa é um sucesso! É impossível encontrar uma grande marca de produto que não tenha “a busca incondicional pelo desenvolvimento sustentável” como “alinhamento estratégico” de sua conduta. Se o Greenpeace diz que “a sustentabilidade reside na alma”, sua arqui-inimiga, a empresa Monsanto, diz a mesma coisa: “A sustentabilidade é o coração do nosso negócio” (<http://www.monsanto.com/global/br/pages/default.>). Não muito diferente do que diz a BAE Systems, a maior fabricante de armas de guerra do mundo: “Desenvolvemos uma avançada matriz de sustentabilidade ambiental” (<http://www.baesystems.com/en/home>).

Até o momento, em que pese o sucesso do discurso e os esforços da Monsanto, do Greenpeace e da

BAE Systems, não há indicadores que comprovem alguma mudança do modelo econômico vigente, referenciado no consumo e sustentado pelo seu vetor primordial, a velocidade, a condição de vida que impulsiona as relações humanas instantaneamente, via redes infotécnicas, tão rápidas quanto a luz e no “tempo real” das máquinas interconectadas, sem trégua e sem descanso, 24 horas por dia, todos os dias. O contexto do mundo atual é o de produzir mais, mais e mais, cada vez mais rápido, a ponto de o próprio sujeito se ver a si próprio na condição de mercadoria, vendendo a si mesmo na bacia das almas da visibilidade mediática, pois “aparecer” é condição primordial para estar vivo, para que o sujeito-objeto tenha “valor”.

Para projeto de tamanha envergadura, é preciso energia, pois sem ela o sistema colapsa. Mais energia, mais petróleo, mais gases do efeito estufa, mais consumo, mais

“O contexto do mundo atual é o de produzir mais, mais e mais, cada vez mais rápido, a ponto de o próprio sujeito se ver a si próprio na condição de mercadoria.”

“desenvolvimento”, mais velocidade, mais “sustentabilidade”.

3. Consumo pintado de verde

Há sustentabilidade para todos. A temática encaixa muito bem em diferentes plataformas. É um sucesso na fabricação de sardinhas, preservativos, desodorantes, agrotóxicos, cigarros, automóveis, roupas, cosméticos, caças bombardeiros. Movimenta recursos em publicidade, *marketing*, patrocínio de eventos, financiamento de ONGs, relatórios, congressos, seminários, cursos, livros, pesquisas científicas, *botons* personalizados, camisetas temáticas, bichos de pelúcia, campanhas pela salvação das florestas, dos rios e lagoas, das geleiras, das tartarugas, do boto cor-de-rosa, dos gorilas, do bicho-da-seda e das baleias. Enfim, a sustentabilidade está na ordem do dia, principalmente após a constatação científica (Unep, 2013) de que é, sim, a humanidade a responsável pelos males ambientais como aquecimento global, devastação florestal e poluição.

O assunto obviamente é de interesse, principalmente no que diz respeito ao clima. Observe-se o caso do relatório final da Rio+20, a conferência do clima realizada no Brasil em 2012. Apesar de desprovido de metas ou cronogramas para a redução dos gases do efeito estufa, o relatório diz que os países estão “profundamente preocupados” com o impacto das mudanças climáticas. Nas 55 páginas do documento, a expressão “desenvolvimento sustentável” aparece 286 vezes. É apontado como solução para tudo: acabar com as guerras, salvar os oceanos, preservar as montanhas, melhorar o trânsito, a vida das crianças, a saúde pública, empoderar as mulheres, gerar empregos, salvar os sindicatos e, como não poderia deixar de ser, criar uma economia “verde”. As “invariavelmente frustrantes conferências de cúpula sobre o clima” (DANOWSKI e VIVEI-

Como fazer educação ambiental

Vilmar Berna



O trabalho comunitário ganha cada vez mais importância. No entanto, a cultura individualista de nossos dias prega a vida individualista como existência ideal e constitui forte obstáculo ao trabalho coletivo. É preciso lançar mão de uma pedagogia para o trabalho comunitário, que mobilize, em vista do bem comum, toda força propulsora de mudança.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





ROS DE CASTRO, 2014) estão aí para provar que a falácia não está no discurso, mas na estrutura que o formata.

No documento da Rio+20, a ausência de metas e o uso a rodo da expressão “desenvolvimento sustentável” mostra duas coisas. A primeira: os países estão “profundamente preocupados” com a questão, mas não estão dispostos a firmar metas mensuráveis. A segunda: no campo da construção discursiva da crise ambiental, os enredos estereotipados da sustentabilidade são um sucesso.

O sucesso advém do fato de que o referido discurso tem a medida certa como dispositivo totalitário, a serviço de processos mediáticos organizados para fortalecer as estruturas de poder que detêm o controle hegemônico sobre os fluxos comunicacionais ao redor do planeta. A sustentabilidade é a face humana, a ética indolor e distanciada do modelo tecnocapitalista que envolve o mundo de maneira inapelável, onde esse discurso entra como “sopro de vida”, onda de rejuvenescimento do velho “desenvolvimento”, que reduz tudo a intervenções visando unicamente impulsionar o PIB (SACHS, 2000, p. 121).

O atual estágio de dominação do homem sobre a natureza não tem paralelo. Mas ao contrário de alcançar algum tipo de liberdade, o que ocorre é o processo inverso. “A história dos esforços para subjugar a natureza é também a história da subjugação do homem pelo homem”, diz Horkheimer (2013, p. 109). Nesse contexto, o “desenvolvimento” está estruturado em torno da opressão, da desigualdade e da violência, e nele a sustentabilidade entra como o anteparo ético, a legitimar a pilhagem dos recursos naturais. O discurso de “preservação da natureza”, elaborado pelos movimentos ambientalistas, foi incorporado pelas estruturas corporativas capitalistas e transformado em dispositivo de

administração de atos predatórios realizados para dar vazão ao aumento do consumo.

O uso do discurso socioambiental por parte de corporações empresariais para encobrir práticas predatórias é observado pelo menos desde os anos 1990, quando pesquisadores franceses anunciaram que empresas com problemas ambientais passaram a investir no movimento ambientalista (ALPHANDÉRY, BITOUN e DUPONT, 1992, p. 22), no qual “aqueles que contribuem para a poluição ao mesmo tempo subvencionam os ecologistas”. O fato levou os autores a duas conclusões: 1) uma parcela dos ecologistas “joga claramente a carta do *lobby* consumista ao recomendar os bons produtos, as boas tecnologias e as boas empresas”; 2) os industriais “rapidamente perceberam que o que estava pintado de verde agora fazia vender”.

Como bem lembrou Maffesoli, “é quando se ganham os espíritos que se garante a dominação” (2009, p. 25). É aí que entra o discurso da sustentabilidade, forjado nos alicerces do sistema de controle, a mover-se para amortecer a disparidade entre o que se faz e o que se diz que se faz. Pois o que se faz, a busca do lucro, esse gesto, em si, é desprovido de ideologia. Advém de uma engrenagem estrutural que opera de forma tecnocrática, pura, segregacionista e distópica, não como uma ideologia em si, mas como engrenagem geradora de ideologias, construídas exclusivamente para a manutenção da estrutura mestra. A sustentabilidade é um entre incontáveis dispositivos criados com esse propósito.

Em nada o discurso da sustentabilidade substitui a lógica da reciclagem estrutural que caracteriza a sociedade do consumo, na qual as indústrias, com suas versões “melhoradas” de produtos colocados no mercado poucos meses após suas versões anteriores terem sido ofertadas, nos empurram toda sorte de bugigangas,

**“A indústria
entendeu mais do
que rapidamente
que tudo o que está
pintado de verde
pode ser vendido,
e mais caro”**

muitas vezes sem mudar nada além das cores ou da disposição dos botões. Produtos novos tornados obsoletos no próprio ato da compra, num processo que Eugênio Trivinho chama de lógica da morte (2007, p. 216) e que opera num nível muito próximo da coação, de modo a nos impelir aos mercados, em períodos cada vez mais curtos, para substituir nossos pertences. Essa é a lógica do mundo atual, onde a sustentabilidade aparece, no máximo, como mancha mediática, como mito tranquilizador da barbárie consumista e predatória.

Ocorre um jogo de poder espetacularizado, um simulacro, a ascensão plena da ética individualista. Um altruísmo indolor que não prescreve sacrifícios, pois está calcado na encenação mediática de uma generosidade distanciada, um “consumo consciente” sem renúncia, sem dor, sem interrupção “real” da escalada da economia predatória. Nessa ética não restritiva, instrumentalizada e hedonista, o desenvolvimento sustentável opera de forma a simular uma conduta responsável e legitimar o ataque desmesurado aos recursos naturais.

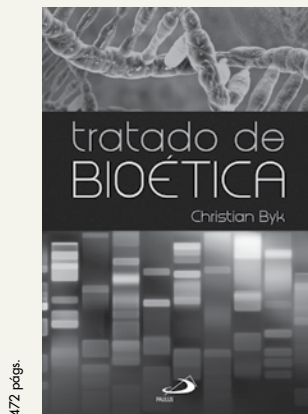
Os espíritos virtuosos e bucólicos ficarão revoltados; contudo, mais respeito pela natureza equivale, de fato, a uma maior dose de artificialismo técnico-científico e a mais negócios, mais indústrias e a mais mercado. A maré ecológica se revela por meio de novas tecnologias, novos vetores de crescimento. Daqui por diante, as ecoindústrias e os gêneros de produtos “verdes” conhecerão uma vertiginosa expansão, o *ecomarketing* e as lojas ecológicas se disseminarão (LIPOVETSKY, 2009, p. 197).

4. Simulacro verde-sustentável

O desenvolvimento sustentável é inaplicável no mundo atual. As grandes corporações industriais e os investimentos públicos não incluem, na mensuração de custos, o valor da

Tratado de bioética

Christian Byk



Ao mobilizar sua experiência e seu conhecimento sobre a complexidade do fenômeno social que é a bioética, o autor procede à análise e questiona com rigor suas características. Ele discerne seus alicerces: quais são as fontes à disposição da bioética para desencadear o debate de uma sociedade inteira? Será que, com seu método, linguagem e atores, ela pode ser a base de uma nova dialética em torno dos desafios decorrentes da tecnociência? Qual é a ambição sociopolítica da bioética? Será que ela nos fornece uma nova visão do poder?

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





natureza, exceto quando tal valoração é feita no contexto do poder e da dominação, ou seja, da transformação da natureza em recurso a ser depredado em benefício privado. É uma lógica que só se viabiliza à medida que o discurso do desenvolvimento sustentável é empregado, no campo da comunicação, como ferramenta de dissimulação e de ocultação do real.

Nesse simulacro verde-sustentável, o tecido social vê a natureza como produto, pois a relação é eminentemente consumista e isso se dá de forma predatória, excludente, invasiva e excessiva, não importa quão “verde” é o discurso em torno da mercadoria. Ao mesmo tempo, empresas e lideranças ecológicas adotam uma postura de “responsabilidade socioambiental”, sustentada majoritariamente enquanto fenômeno de visibilidade mediá-

tica, operação de maquiagem verde. O medo da derrocada ambiental é esticado, transformado, manipulado pela máquina publicitária das indústrias predatórias; a pretensa preservação da natureza se torna, também ela, um gesto de consumo. A indústria entendeu mais do que rapidamente que tudo o que está pintado de verde pode ser vendido, e mais caro, pois carrega consigo o discurso vazio, espetacularizado e reconfortante de um produto supostamente ecológico. Ecologia que chega, no máximo, ao rótulo, pois é isso o que realmente importa, a imagem, o discurso, o simulacro, a visibilidade mediática.

O meio ambiente tornou-se uma máquina de venda. A “ditadura sutil” segue firme no comando das decisões sobre a vida da humanidade. ●

Bibliografia

- ALPHANDÉRY, Pierre; BITOUN, Pierre; DUPONT, Ives. *O equívoco ecológico*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- DANOWSKI, Débora; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir?* Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2014.
- GREENPEACE. Consumir sem consumir a mãe Terra e o ser humano. 9 mar. 2014. Disponível em: <<https://greenpeacerj.wordpress.com/tag/desenvolvimento-sustentavel/>>.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2013.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A sociedade pós-moralista*. São Paulo: Manole, 2009.
- MAFFESOLI, Michel. *A república dos bons sentimentos*. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- MAISONNAVE, Fabiano. Em discurso anticapitalista, Francisco prega “mudança de estruturas”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 jul. 2015.
- RIO+20. *Declaração final da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável (Rio+20): O futuro que queremos*. Rio de Janeiro, 12 ago. 2012. Disponível em: <<http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/07/O-Futuro-que-queremos1.pdf>>.
- SACHS, Wolfgang. *Dicionário de desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 2010.
- TRIVINHO, Eugênio. *Glocal: visibilidade mediática, imaginário bunker e existência em tempo real*. São Paulo: Annablume, 2012.
- _____. *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007.
- UN DOCUMENTS. *Report of the World Commission on Environment and Development: Our common future*. United Nations, 1987.
- ZIZEK, Slavoj. *O ano em que sonhamos perigosamente*. São Paulo: Boitempo, 2012.



Saneamento básico e saúde

Luís Eduardo Bovolato*

O artigo detém-se nos os aspectos mais relevantes associados ao saneamento básico, desde sua estrutura político-organizacional, até suas relações com o meio ambiente e a saúde coletiva, entendendo o saneamento básico como uma estrutura complexa de relações históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais.

* É graduado em Geologia pela Universidade Federal do Mato Grosso; especialista em ensino de Geociências pela Universidade de Campinas – UNICAMP; mestre e doutor em Geografia pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP – Campus de Presidente Prudente, tendo também o curso na modalidade MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas/RJ. Leciona Geografia na Universidade Federal do Tocantins. E-mail: bovolato@mail.uft.edu.br.

Introdução

Segundo a World Health Organization - WHO (2004), saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social. A própria OMS define saúde como o estado de completo bem-estar físico, social e mental, e não apenas a ausência de doença. Essas definições, e outras formuladas visando conceituar o saneamento, deixam claro que saneamento constitui um conjunto de ações sobre o meio ambiente físico, portanto, de controle ambiental, cujo objetivo é proteger o ambiente e a saúde.

Modernamente, a oferta de saneamento associa sistemas constituídos por uma infraestrutura física (obras e equipamentos) e estrutura educacional, legal e institucional que abrange os seguintes serviços:

- Abastecimento de água às populações, com qualidade compatível com a proteção de sua saúde e em quantidade suficiente para a garantia de condições básicas de conforto;
- Coleta, tratamento e disposição ambientalmente adequada e sanitariamente segura dos esgotos sanitários, nestes incluídos os re-



jeitos provenientes das atividades doméstica, comercial e de serviços, industrial e pública;

- Coleta, tratamento e disposição ambientalmente adequada e sanitariamente segura dos resíduos sólidos rejeitados pelas mesmas atividades;
- Coleta de águas pluviais e controle de empoçamentos e inundações;
- Controle de vetores de doenças transmissíveis (insetos, roedores, moluscos).

1. O desafio do saneamento

Dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Pnad, possibilitam uma visualização do quadro sanitário do país, evidenciando as condições da cobertura do saneamento, alcançando atualmente 73,2% da população urbana.

Embora avanços tenham acontecido nos últimos anos, existe uma enorme desigualdade na oferta destes serviços no Brasil, se, por exemplo, compararmos as regiões Norte e Sudeste. Na região Norte, 59,5% da população urbana não tem acesso a serviços adequados de saneamento, enquanto na região Sudeste esse percentual chega a apenas 10,7% da população.

No Brasil, as companhias estaduais de saneamento são responsáveis por 79% da população abastecida. Os demais são atendidos por sistemas operados pelas próprias prefeituras municipais ou mediante convênios com o governo federal (IBGE, 2004).

Problemas recorrentes nos sistemas, não revelados pelas estatísticas, são o não cumprimento dos padrões de potabilidade pela água distribuída e a ocorrência de intermitência no abastecimento, comprometendo a quantidade de água fornecida à população e a sua própria qualidade.

As deficiências na coleta e a disposição inadequada do lixo, que é lançado a céu aberto na grande maioria das cidades brasileiras, constituem outro sério problema ambiental e de saúde pública.

2. O saneamento e a legislação

Constituição Federal

(Direito): A Constituição Federal dispõe sobre o meio ambiente considerando-o como um direito de todos e bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo competências distintas à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

(Princípio): A preocupação com a questão ambiental levou o constituinte federal a considerar a defesa do meio ambiente como um dos princípios da ordem econômica, reforçando a obrigatoriedade de se promover o desenvolvimento econômico-social sem degradar o meio ambiente (Constituição Federal, art. 170, VI).

Todo programa ou plano de desenvolvimento – federal, estadual ou municipal – deve cumprir as atribuições relacionadas ao artigo 23 da Constituição Federal, protegendo o meio ambiente e combatendo a poluição em qualquer de suas formas.

(Educação): É, também, dever da coletividade defender e preservar o meio ambiente para a presente e as futuras gerações. Para tanto, é necessário um trabalho de conscientização pública através da promoção de educação ambiental (Constituição Federal, art. 225, § 1º, VI), de informação e publicidade dos projetos e programas, públicos ou privados, que comprometam a qualidade de vida. A garantia da preservação e restauração dos recursos ambientais locais e regionais depende, portanto, da ação conjunta e integrada do poder público e da coletividade.

“A preservação e restauração dos recursos ambientais depende da ação integrada do poder público e da coletividade.”



(Saneamento): Especificamente em relação ao saneamento, a Constituição determina ser atribuição do sistema único de saúde participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento. Estabelece, ainda, ser competência da União instituir diretrizes para o setor, na perspectiva do desenvolvimento urbano, e do município organizar e prestar os serviços públicos de interesse local.

Constituições estaduais

Em geral, as constituições estaduais preocupam-se mais em desenvolver o tema saneamento que reiterar a abordagem encontrada na Constituição Federal. Entre outros, aspectos como a gestão da política do setor, o planejamento plurianual, a inserção das questões de saneamento nos planos diretores urbanos e a sua integração às políticas de saúde e de meio ambiente são localizadas nessas constituições.

Lei orgânica municipal

A Lei Orgânica Municipal tem um caráter eminentemente organizador do governo local e dispõe sobre a estrutura, funcionamento e atribuições dos poderes executivo e legislativo; a organização e planejamento municipal; o processo legislativo e a participação popular; os bens e serviços de interesse local – saúde, saneamento, transportes, educação, uso e ocupação do solo urbano, plano diretor, orçamento, meio ambiente, consórcio intermunicipal e outros.

(Referenciais sanitário e ambiental): A par das competências constitucionais e legais, o município ainda dispõe da lei orgânica, que deve fixar os princípios norteadores da Política de Saneamento e Meio Ambiente, indicando que o desenvolvimento do município dependerá essencialmente da incorporação do referencial sanitário e ambiental no planejamento, execução das atividades e na elaboração dos instrumentos legais – Lei de Parcelamento do Solo, de Uso e Ocupação do

Solo, Plano Diretor, Legislação Orçamentária - , enfim, em todo processo de tomada de decisão local.

3. O saneamento e o planejamento urbano

Entre os problemas que podem afetar o meio ambiente destacam-se a insuficiência de investimentos em saneamento básico; a intensa poluição dos recursos hídricos, em particular de mananciais de abastecimento de água das cidades; a deficiência no sistema de drenagem, que contribui para a ocorrência de enchentes; a ocupação das várzeas; as precárias condições para a destinação do lixo; a diminuição de áreas verdes; a poluição do ar. Todas essas situações existem não somente pela ausência de planejamento, mas pela descontinuidade da atuação administrativa, quando o processo de priorização das atividades locais de interesse público é fragmentado, gerando distanciamento entre governo e cidadãos.

O município dispõe de vários instrumentos legais de planejamento, expressos pela Constituição Federal, visando à inversão destas tendências: Plano Diretor como instrumento básico da ação urbanística, Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual.

O Plano Diretor deve estabelecer um processo de planejamento dinâmico, participativo, descentralizado, propiciando que mudanças efetivas ocorram na gestão do município.

4. A gestão dos serviços de saneamento

De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 30, é competência dos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local. Tal atribuição confere à instância municipal a responsabilidade da ges-



tão dos serviços de saneamento, embora não exclua os níveis estadual e federal de atuar no setor, seja no campo de estabelecimento de diretrizes, seja no da legislação ou da assistência técnica. É ainda necessário um envolvimento dessas instâncias em algumas situações relacionadas ao saneamento, como as que apresentam caráter supralocal, as que envolvem as áreas metropolitanas e as associadas com a gestão dos recursos hídricos.

Em diversos aspectos, os municípios brasileiros têm tido dificuldades em assumir seu efetivo papel de responsáveis na gestão dos serviços de saneamento, em consequência de uma herança da realidade histórica, implementada com a centralização política e tributária, característica dos anos 70. Assim, é fundamental que haja um resgate desse papel, na perspectiva de que esses serviços contribuam para a garantia de uma qualidade de vida digna para a população.

Além do papel das administrações municipais exclusivamente, uma modalidade de gestão que se mostra muito adequada, dada a abrangência que alguns serviços de saneamento assumem, é a da formação dos consórcios intermunicipais. Nesses, realiza-se um acordo entre municípios, visando à realização de interesses e objetivos comuns, mediante a utilização de recursos humanos e materiais de que cada um dispõe ou que podem mais facilmente ser obtidos pela união de vários municípios. Esses consórcios, além de permitirem a gestão do meio ambiente de forma mais global e integrada, podem constituir poderosos instrumentos para a viabilização, por exemplo, da disposição de lixo, da produção de água, da disposição de esgotos e do controle de enchentes, especialmente nas regiões conurbadas. Em geral, a organização dos consórcios obedece à regionalização das ba-

cias hidrográficas, o que torna mais eficaz a visão da proteção ambiental.

5. Abastecimento de água e esgotamento sanitário

As áreas de abastecimento de água e esgotamento sanitário apresentam particularidades que as diferenciam das demais. Essas particularidades na gestão dos serviços originaram-se com o Plano Nacional de Saneamento – PLANASA, formulado em 1971. Tal plano, objetivando organizar uma sistemática de financiamento do setor com recursos do FGTS, estabeleceu a prática de concessão daqueles serviços às companhias estaduais de saneamento.

Em função do panorama institucional iniciado com o PLANASA, diversos sistemas foram concedidos às companhias estaduais, por períodos estabelecidos nos contratos de concessão, em geral próximos a 30 anos. Através dessa modalidade de gestão, as companhias estaduais são responsáveis pela implantação dos sistemas, sua ampliação, operação e manutenção. Em contrapartida, estabelecem as tarifas julgadas necessá-

rias para a sua viabilidade financeira.

No processo descrito ocorreu uma generalizada exclusão dos municípios do seu papel de efetivo titular dos serviços, por um lado responsável pelo acompanhamento, controle e fiscalização da concessão e, por outro, com direito ao acesso às informações inerentes à prática do saneamento realizada em seu território, de forma a subsidiar o exercício do poder concedente.

Uma outra face dessa realidade é a dos diversos municípios que optaram pela não adesão ao PLANASA, ficando dessa forma como responsáveis diretos pelos sistemas. Estes foram também excluídos do processo, na medi-

“Com a mobilização da população, para a sua intervenção na tomada de decisões relativas aos serviços que lhe dizem respeito, colaborar-se com a prática educativa e com a democracia.”



da em que não se facultou a eles o acesso a recursos financeiros federais, durante cerca de 20 anos após a implementação do PLANASA.

6. Saneamento e controle social

O controle social das políticas públicas tornou-se um imperativo da consolidação da democracia. Através desse processo, o poder público é fiscalizado, garante-se uma mediação entre os interesses dos diversos segmentos sociais e proporciona-se uma maior continuidade entre um mandato público e seu sucessor. Por outro lado, com a mobilização da população, para a sua intervenção na tomada de decisões relativas aos serviços que lhe dizem respeito, colabora-se com a prática educativa e com a formação política, portanto contribuindo com a construção da cidadania.

No campo do saneamento, a participação da população e o controle social podem ser estimulados de diversas formas, por exemplo através da prática do orçamento participativo, adotada com sucesso em diversos municípios, e das audiências públicas, previstas na legislação ambiental. Um mecanismo mais permanente, porém, é o da constituição de conselhos para a discussão das questões de saneamento. Tais conselhos devem ser integrados pelo executivo municipal, pelo legislativo, pela iniciativa privada e pela comunidade, preferencialmente através de organizações não governamentais representantes da sociedade civil. É fundamental que tenham poder deliberativo, relativo ao planejamento das ações, à fixação de taxas e tarifas, ao controle e fiscalização do executivo, entre outras atribuições. Funções normativas e consultivas devem complementar as funções dos conselhos.

7. Saneamento e meio ambiente

O meio ambiente tem sido degradado através de diferentes formas. Como exemplos verifica-se que a água é utilizada como meio

de transporte para dejetos e rejeitos, o solo é prejudicado pela disposição de resíduos sólidos a céu aberto e a qualidade do ar é alterada pela emissão de gases nocivos pelas indústrias e veículos. As ações de saneamento devem ter, dentre outros objetivos, o de assegurar um meio ambiente favorável à vida humana e de outros seres vivos, através do controle da poluição da água, do solo e do ar.

O termo *poluição* vem do verbo latino *polluere*, que significa sujar. O sentido de sujar, porém, é muito mais ligado à aparência, à estética, do que a danos reais. De acordo com um conceito mais moderno e abrangente, poluição é tudo o que ocorre com um meio e que altera prejudicialmente suas características originais de forma a:

- afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e a qualquer recurso natural, aos acervos históricos, culturais e paisagísticos.

O termo *poluição* abrange hoje três determinantes básicas:

- introdução de substâncias artificiais e estranhas a um meio, como um agrotóxico despejado em um rio, ou a contaminação por organismos patogênicos;
- introdução de substâncias naturais estranhas a determinado meio, como sedimentos em suspensão nas águas de um lago, ocupando seu volume útil e tornando-o turvo;
- alteração na proporção ou nas características dos elementos constituintes do próprio meio, como a redução do oxigênio dissolvido nas águas de um rio, devido, por exemplo, à presença de matéria orgânica.

8. Elemento água

Caracterização do ambiente hídrico

A água é o constituinte inorgânico mais



abundante na matéria viva, no homem, mais de 60% do seu peso é constituído por água, e em certos animais aquáticos essa porcentagem chega a 98%.

De acordo com as mais recentes avaliações, o volume total de água do planeta pode ser distribuído da seguinte forma: 97,5% corresponde à água salgada e 2,5% à água doce. Do total de água doce, 68,9% estão nas calotas polares e geleiras, 29,9% correspondem a água subterrânea, 0,3% aos rios e lagos e 0,9% a outros reservatórios.

O ciclo hidrológico é o princípio unificador de tudo o que se refere à água no planeta. O ciclo é modelo pelo qual se representam a interdependência e o movimento contínuo da água nas fases sólidas, líquida e gasosa.

Os componentes do ciclo hidrológico são:

precipitação: água adicionada à superfície da Terra a partir da atmosfera. Pode ser líquida (chuva) ou sólida (neve ou gelo);

evaporação: processo de transformação da água líquida para a fase gasosa (vapor d'água). A maior parte da evaporação se dá a partir dos oceanos; nos rios, lagos e represas também ocorre a evaporação;

transpiração: processo de perda de vapor d'água pelas plantas;

infiltração: absorção da água pelo solo;

escoamento superficial: deslocamento da água na superfície a partir da precipitação.

Usos da água e exigências de qualidade

A água pode ser considerada sob três aspectos distintos, em função de sua utilidade, conforme apresentado a seguir:

Aspectos	Utilidades
Elemento ou componente físico da natureza	<ul style="list-style-type: none"> • manutenção da umidade do ar, da relativa estabilidade do clima na Terra • geração de energia • meio para navegação, pesca e lazer
Ambiente para a vida aquática	<ul style="list-style-type: none"> • ambiente para a vida dos organismos aquáticos.
Fator indispensável à manutenção da vida terrestre	<ul style="list-style-type: none"> • irrigação dos solos, dessedentação de animais e abastecimento público e industrial

Fonte: BARROS, R.T.V. (1995).

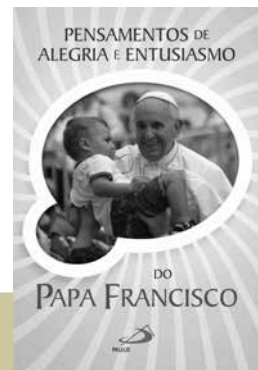
Pensamentos de alegria e entusiasmo do Papa Francisco

Claudio Avelino dos Santos

Papa Francisco tem insistido para que os cristãos não esmoreçam, mas deem testemunho de sua adesão ao projeto de Jesus, que transforma a vida humana de dentro para fora. Alegremo-nos e entusiasmemo-nos com os ensinamentos do Santo Padre. (32 páginas)

PAULUS,
dá gosto de ler!

paulus.com.br
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.



A poluição implica uma alteração prejudicial das condições naturais da água, comprometendo assim sua qualidade. Essa alteração deve ser analisada em ter-

mos do impacto nos usos previstos para o corpo d'água.

Associação entre os usos da água e os requisitos de qualidade:

Uso geral	Uso específico	Qualidade requerida
Abastecimento doméstico de água	Consumo humano, higiene pessoal e usos domésticos	<ul style="list-style-type: none">• Isenta de substâncias químicas prejudiciais à saúde• adequada para serviços domésticos• baixa agressividade e dureza• esteticamente agradável (baixa turbidez, cor, sabor e odor)
Abastecimento industrial	A água não entra em contato com o produto (ex: refrigeração, caldeiras)	<ul style="list-style-type: none">• baixa agressividade e dureza
	A água entra em contato com o produto	<ul style="list-style-type: none">• variável com o produto
	A água é incorporada ao produto (alimento, bebidas, remédios) .	<ul style="list-style-type: none">• isenta de substâncias químicas e organismos prejudiciais à saúde• esteticamente agradável (baixa turbidez, cor, sabor e odor)
Irrigação	Hortaliças, produtos ingeridos crus ou com casca	<ul style="list-style-type: none">• isenta de substâncias químicas e organismos prejudiciais à saúde• salinidade não excessiva
	Demais plantações	<ul style="list-style-type: none">• isenta de substâncias químicas prejudiciais ao solo e às plantações• salinidade não excessiva
Dessedentação de animais		<ul style="list-style-type: none">• isenta de substâncias químicas e organismos prejudiciais à saúde dos animais
Preservação da fauna e flora		<ul style="list-style-type: none">• variável com os requisitos ambientais da flora e da fauna que se deseja preservar



Uso geral	Uso específico	Qualidade requerida
Recreação e lazer	Contato primário (contato direto com o meio líquido)	<ul style="list-style-type: none">• isenta de substâncias químicas e organismos prejudiciais à saúde• baixos teores de sólidos em suspensão, óleos e graxas
	Contato secundário com o meio líquido	<ul style="list-style-type: none">• aparência agradável
Geração de energia	Usinas hidrelétricas	<ul style="list-style-type: none">• baixa agressividade
	Usinas nucleares ou termelétricas	<ul style="list-style-type: none">• baixa dureza
Transporte		<ul style="list-style-type: none">• baixa presença de material grosseiro que possa pôr em risco as embarcações
Aquicultura		<ul style="list-style-type: none">• presença de nutrientes e qualidade compatível com as exigências das espécies a serem cultivadas
Paisagismo e manutenção da umidade do ar e da estabilidade do clima		<ul style="list-style-type: none">• Estética e conforto térmico

Principais processos poluidores da água

As formas de poluição da água são várias, de origem natural ou como resultados das atividades humanas. Abaixo

estão listados os processos mais importantes, de maior interesse para o controle da poluição:

Processos	Definição
Contaminação	Introdução na água de substâncias nocivas à saúde e a espécies da vida aquática (ex.: organismos patogênicos, metais pesados, compostos organoclorados, hidrocarbonetos, compostos ricos em nitrogênio etc.)
Assoreamento	Acúmulo de partículas minerais (areia, silte, argila) ou orgânicas (lodo) em um corpo de água, o que provoca a redução de sua profundidade e de seu volume útil.
Eutrofização	Fertilização excessiva da água por recebimento de nutrientes (nitrogênio, fósforo), causando o crescimento descontrolado (excessivo) de algas e plantas aquáticas.
Acidificação	Abaixamento do Ph, como decorrência da chuva ácida (chuva com elevada concentração de íons H ⁺ , pela presença de substâncias químicas como dióxido de enxofre, óxidos de nitrogênio, amônia e dióxido de carbono), que contribui para a degradação da vegetação e da vida aquática.

Fonte: BARROS, R.T.V. (1995)



9. Saneamento e saúde pública

A saúde é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença.

Ao se analisar este conceito amplo de saúde pode-se concluir, apenas observando alguns dados, que o Brasil é um país em estado grave de saúde e que os investimentos em saúde e saneamento no Brasil têm sido muito abaixo do mínimo recomendado pela OMS.

Pode-se afirmar que se as condições de saneamento no Brasil fossem mais adequadas, haveria uma substancial melhoria no quadro de saúde da população. Além disso, o país economizaria com a construção e manutenção de hospitais e com a compra de medicamentos.

A Organização Mundial da Saúde define saneamento como o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeito deletério sobre seu bem-estar físico, mental e social. Portanto, é evidente que, pela sua própria definição, o saneamento é indissociável do conceito de saúde.

Diversas doenças infecciosas e parasitárias têm, no meio ambiente, uma fase de seu ciclo de transmissão, como, por exemplo, uma doença de veiculação hídrica, com transmissão feco-oral. A implantação de um sistema de saneamento, neste caso, significaria interferir no meio ambiente, de maneira a interromper o ciclo de transmissão da doença.

O controle de transmissão das doenças, além da intervenção em saneamento e dos cuidados médicos, completa-se quando é promovida a educação sanitária, adotando-se hábitos higiênicos como:

- utilização e manutenção adequadas das instalações sanitárias;
- melhoria da higiene pessoal, doméstica e de alimentos.

A Água e doenças

Uma série de doenças podem ser associadas a água, seja em decorrência de sua contaminação por excretas humanas ou de outros animais, seja pela presença de substâncias químicas nocivas à saúde humana.

Tradicionalmente, as doenças relacionadas com a água podem ser classificadas em dois grupos:

A) Doenças de transmissão hídrica: são aquelas em que a água atua como veículo do agente infeccioso. Os microorganismos patogênicos atingem as águas através das fezes de pessoas ou animais contaminados, causando problemas principalmente no aparelho intestinal do homem. Essas doenças podem ser causadas por bactérias, vírus, protozoários e helmintos.

B) Doenças de origem hídrica: são aquelas causadas por determinadas substâncias químicas, orgânicas ou inorgânicas, presentes na água em concentrações inadequadas, em geral superiores às estabelecidas pelas portarias do ministério da saúde que regulamentam os padrões de potabilidade de água para consumo humano. Estas substâncias podem existir naturalmente no manancial ou resultarem da poluição.

10. Abastecimento de água

Um sistema de abastecimento de água é uma solução coletiva para o abastecimento de água de uma comunidade. Caracteriza-se pela retirada de água da natureza, adequação de sua qualidade, transporte até os aglomerados humanos e fornecimento à população em quantidade compatível com suas necessidades. Um sistema de abastecimento de água pode ser concebido para atender a pequenos povoados ou a grandes cidades, variando nas características e no porte de suas instalações.

O sistema de abastecimento representa o “conjunto de obras, equipamentos e serviços destinados ao abastecimento de água potável de uma comunidade para fins de consumo



doméstico, serviços públicos, consumo industrial e outros usos”.

A água constitui elemento essencial à vida vegetal e animal. O homem necessita de água de qualidade adequada e em quantidade suficiente para atender às suas necessidades, para proteção de sua saúde e para propiciar o desenvolvimento econômico.

A solução coletiva para o abastecimento de água é importante por diversos aspectos como:

- maior facilidade na proteção do manancial que abastece a população;
- maior facilidade na supervisão e manutenção das unidades instaladas;
- maior controle sobre a qualidade da água consumida;
- ganhos de escala (economia de recursos humanos e financeiros).

Unidades de um sistema de abastecimento de água

Um sistema de abastecimento de água é composto por diversas unidades:

1. manancial: fonte de onde se retira a água; pode ser superficial (rio, lago, represas) ou subterrâneo;
2. captação: conjunto de equipamentos e instalações utilizado para a tomada de água do manancial;
3. adução: transporte da água do manancial ou da água tratada;
4. tratamento: melhoria das características qualitativas da água, dos pontos de vista físico, químico, bacteriológico, organoléptico (que se refere às características da água que são percebidas pelos sentidos, como sabor e odor);
5. reservação: armazenamento da água para atender a diversos propósitos, como a variação de consumo e a manutenção da pressão mínima na rede de distribuição;
6. rede de distribuição: condução da água

para os edifícios e pontos de consumo, por meio de tubulações instaladas nas vias públicas.

7. estações elevatórias ou de recalque: instalações de bombeamento destinadas a transportar a água a pontos mais distantes ou mais elevados, ou para aumentar a vazão de linhas adutoras.

A importância do sistema de abastecimento de água

A importância do sistema de abastecimento de água pode ser considerada nos seguintes aspectos:

- melhoria da saúde e das condições de vida de uma comunidade;
- diminuição da mortalidade em geral, principalmente da infantil;
 - aumento da esperança de vida da população;
 - diminuição da incidência de doenças relacionadas à água;
- implantação de hábitos higiênicos na população;
 - facilidade e melhoria da limpeza pública;
 - facilidade na implantação e melhoria dos sistemas de esgotos sanitários;
 - possibilidade de proporcionar conforto e bem-estar;
 - melhoria das condições de segurança;
 - aumento da vida produtiva dos indivíduos economicamente ativos;
 - diminuição dos gastos particulares e públicos com consultas e internações hospitalares;
 - facilidade para a instalação de indústrias, onde a água é utilizada como matéria-prima ou meio de produção;
 - incentivo à indústria turística onde há potencialidades para o seu desenvolvimento.

“A indissociabilidade entre saneamento básico, qualidade de água e saúde coletiva, nos remete a uma reflexão sobre a forma como este tema é tratado no Brasil.”

Qualidade da água

A água encontrada na natureza possui uma série de impurezas que definem suas ca-



racterísticas físicas, químicas e biológicas. Essas impurezas podem torná-la impróprias para o consumo.

Uma água, para ser considerada potável, isto é, com qualidade adequada ao consumo humano, deve atender a padrões de qualidade definidos por legislação própria. Isso leva à necessidade de tratamento prévio da água principalmente para os consumos doméstico e industrial, que possuem requisitos de qualidade mais exigentes.

São as seguintes as características das principais impurezas presentes na água:

- características físicas: está associada, em sua maior parte, à presença de sólidos na água. Esses sólidos podem ser maiores, estar suspensos ou dissolvidos (sólidos de pequenas dimensões);
- características químicas: podem ser interpretadas como matéria orgânica e inorgânica (mineral);
- características biológicas: seres presentes na água.

Os padrões de potabilidade são definidos no Brasil pelo Ministério da Saúde, na portaria nº 36/90. Segundo essa portaria, padrões de potabilidade são o “conjunto de valores máximos permissíveis das características das águas destinadas ao consumo humano”.

11. Esgotos

Como consequência da utilização da água para abastecimento, há a geração de esgotos. Caso não lhes seja dada uma destinação adequada, estes acabam poluindo o solo, contaminando as águas superficiais e subterrâneas e frequentemente passam a escoar a céu aberto, constituindo perigosos focos de disseminação de doenças.

O esgoto sanitário, segundo definição da norma brasileira NBR 9648 (ABNT, 1986), é o “despejo líquido constituído de esgotos doméstico e industrial, água de infiltração e a contribuição pluvial parasitária”. Essa mesma norma define ainda:

- **esgoto doméstico**: “despejo líquido resultante do uso da água para higiene e necessidades fisiológicas humanas”;

- **esgoto industrial**: “despejo líquido resultante dos processos industriais, respeitados os padrões de lançamento estabelecidos”;

- **água de infiltração**: “toda água proveniente do subsolo, indesejável ao sistema separador e que penetra nas canalizações”;

- **contribuição pluvial parasitária**: “a parcela do deflúvio superficial inevitavelmente absorvida pela rede de esgoto sanitário”.

O esgoto sanitário é gerado a partir da água de abastecimento e, portanto, sua medida resulta da quantidade de água consumida. Esta é geralmente expressa pela “taxa de consumo *per capita*”, variável segundo hábitos e costumes de cada localidade. É usual a taxa de 200 l/hab.dia, mas em grandes cidades de outros países essa taxa de consumo chega a ser três a quatro vezes maior, resultando num esgoto mais diluído, já que é praticamente constante a quantidade de resíduo produzido por pessoa.

Em média, a composição do esgoto sanitário é de 99,9% de água e apenas 0,1% de sólidos, sendo que 75% desses sólidos são constituídos de matéria orgânica em processo de decomposição. Nesses sólidos proliferam microorganismos, podendo ocorrer microorganismos patogênicos, dependendo da saúde da população contribuinte. Esses microorganismos são provenientes das fezes humanas. Podem ainda ocorrer poluentes tóxicos, especialmente fenóis e os chamados “metais pesados”, da mistura com efluentes industriais.

Considerações Finais

Os problemas ambientais e de saúde coletiva decorrentes da precariedade da oferta dos serviços de saneamento básico é, antes de tudo, resultante de processos fundamentalmente políticos e sociais.

Na perspectiva da saúde coletiva, para a qual os problemas de saúde da população re-



sultam da forma como se organiza a sociedade, em suas múltiplas dimensões, os programas de promoção da saúde relacionados com os problemas ambientais devem ser movimentos politicamente agressivos na perspectiva de uma equidade social, política e econômica.

É claro que a baixa cobertura dos serviços de saneamento no Brasil implicam desdobramentos nefastos para a saúde das pessoas, principalmente aquelas de mais baixa renda, além das consequências negativas ao meio am-

biente, considerando as inúmeras possibilidades de agravo ao equilíbrio dos ecossistemas.

A indissociabilidade entre saneamento básico, qualidade de água e saúde coletiva, nos remete a uma reflexão sobre a forma como este tema é tratado no Brasil e a aparente imobilidade da sociedade em reivindicar um direito que, aliás, é garantido em nossa Constituição, que é o de prover a todos os cidadãos direito ao acesso à saúde em todos os seus aspectos. ●

Referências Bibliográficas

- BARROS, R.T. de V. (et al.). *Saneamento*. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995. 221 p. (Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios, 2).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Atlas do Saneamento*. Rio de Janeiro, 2004.
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. *Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. Brasília, 2008.
- NUVOLARI, A. (coord.). *Esgoto sanitário: coleta, transporte, tratamento e reúso agrícola*. São Paulo: Edgard Blucher, 2003.
- TUNDISI, J. G. *Água no século XXI: enfrentando a escassez*. 1ª ed. São Carlos: Editora Rima, 2003. 248 p.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION – *Water, Sanitation and Hygiene Links to Health*. November, 2004.

Viver o amor

Pensamentos do Papa Francisco

Francisco Galvão (org.)

Falar do amor como um caminho pleno de significado e de realização humana, numa época em que as relações parecem frágeis, líquidas e interesseiras, é, no mínimo, contraditório. Contudo, o Papa Francisco tem insistido na urgência de cultivar esse valor fundamental na vida de todo ser humano e nas relações interpessoais. (48 páginas)

PAULUS,
dá gosto de ler!

paulus.com.br
11 3789-4000 | 0800-164011
vendas@paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.



Os desafios da equidade verde em tempos de mudanças climáticas

Cilene Victor da Silva*

Quando muitas instituições e governos falam sobre sustentabilidade, o ser humano não parece fazer parte, especialmente aquele mais vulnerável e, portanto, mais exposto aos impactos do desequilíbrio ambiental. Embora os riscos não distingam países e classes sociais, as populações mais carentes são as que mais sofrem os impactos decorrentes deles.

*Doutora em Saúde Pública, com tese na área de Comunicação de Riscos Ambientais e Tecnológicos, mestra em Comunicação Científica e Tecnológica, foi pesquisadora-visitante do Centro de Percepção de Riscos da Faculdade de Economia de Estocolmo, Suécia, e do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Münster, Alemanha. Professora na Faculdade Cásper Líbero (SP). Jornalista de ciência e meio ambiente desde 1991. Desenvolve trabalhos voluntários, com destaque para a realização de palestras e oficinas de capacitação de multiplicadores para instituições públicas e privadas. E-mail: cilenevictor@yahoo.com.br

No Brasil, o debate sobre as temáticas ambientais tem momentos distintos: ora recebe destaque nos principais meios de comunicação e, portanto, pauta as conversas cotidianas do cidadão comum, ora parece condenado ao ostracismo, restringindo-se a pequenos grupos.

Há 23 anos, quando o país sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, muitos ambientalistas e jornalistas, especialmente, acreditaram que a pauta ambiental passaria a fazer parte da vida das pessoas, do jornalismo e da cena política – o que não aconteceu, ao menos não como previsto.

Antes, durante e logo após a realização da Rio-92, o fluxo de informação nos veículos de comunicação, muitos deles com editorias fixas de meio ambiente, indicava que o país estava disposto a corrigir a postura assumida por sua delegação 20 anos antes, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, Suécia.



Metaforicamente, dizemos que o Brasil entrou pela porta dos fundos da Conferência de Estocolmo ao anunciar o seu desenvolvimento a qualquer custo. Ao longo de 20 anos, aquele discurso começou a perder força, dando lugar a uma postura mais responsável, tanto por parte dos governos quanto das empresas.

Foi nesse contexto que a palavra sustentabilidade ganhou a visibilidade que tem hoje. Alcançar níveis de desenvolvimento econômico sem prejudicar o meio ambiente e sem comprometer o direito das futuras gerações de ter acesso aos recursos naturais fez dela a palavra de ordem deste século.

Embora algumas instituições, como também governos, tenham buscado formas efetivas de praticar a sustentabilidade, muitas não passaram do discurso e, por isso, foram acusadas de se apropriar da virtude ambientalista para mascarar atuações e comportamentos incompatíveis com a sustentabilidade; ou seja, de fazer *greenwashing* – expressão usada para dizer que somente a fachada foi pintada de verde.

Paradoxalmente, a busca pela sustentabilidade, na prática ou nos discursos, passou a maquiagem e, pelo esquecimento, a fomentar uma forma de injustiça pouco discutida: a ambiental.

Sabemos não ser possível dissociar o ser humano do meio ambiente. Isso já estava subentendido no próprio conceito de ecologia, cunhado em 1866 por Ernst Haeckel, discípulo de Charles Darwin, em sua obra *Morfologia geral do organismo*.

Para entender a relação entre os seres vivos em seu *habitat*, Haeckel recorreu às palavras gregas “oikos”, casa, e “logos”, estudo, formando assim a palavra ecologia, ou seja, o “estudo da casa”.

Ao longo do tempo, a palavra ecologia sofreu verdadeira revolução semântica e ganhou vários significados. Ecologia é uma ciência, mas também simboliza uma causa, uma das bandeiras de luta do homem contemporâneo.

No contexto das causas, a palavra ecologia foi aos poucos sendo substituída por meio ambiente e, mais tarde, tudo parecia ser explicado e resolvido no termo desenvolvimento sustentável, empregado pela primeira vez no documento *Nosso futuro comum*, de 1987.

Hoje, quase três décadas após o termo desenvolvimento sustentável ter sido cunhado e simplificado, dando lugar à ideia de sustentabilidade, notamos que algo escapou, que o debate sobre iniquidade verde não foi devidamente contemplado. Mais ainda, quando muitas instituições e governos falam sobre sustentabilidade, dela o ser humano

parece não fazer parte – sobretudo aquele mais vulnerável e, portanto, mais exposto aos impactos do desequilíbrio ambiental.

Não se pode dizer, porém, que a temática da injustiça ambiental tenha sido totalmente ignorada, pelo menos não pela academia.

Quando falamos em iniquidade ambiental, um nome é rapidamente lembrado, o do sociólogo alemão Ulrich Beck, autor do conceito de sociedade de risco, um dos mais influentes trabalhos europeus de análise social do fim do século 20.

Ao propor a partição do tempo em duas modernidades – a da Revolução Industrial e a dos avanços científicos e tecnológicos que sobrevieram à mecanização da produção –, Beck evidencia as ameaças e inseguranças vividas pelo ser humano na atualidade como fruto da modernização e do progresso.

Na obra homônima ao conceito que cunhou, o cientista aponta a globalização, a individualização e a reflexão como as três características básicas da sociedade contem-

“A responsabilidade aumenta a cada dia, em função da maior frequência e intensidade dos desastres verificadas nos últimos anos.”



porânea, ideia compartilhada por outro expoente da área, o sociólogo britânico Anthony Giddens.

Segundo Giddens, a reflexividade é relevante característica desta sociedade, que, apesar de exposta a tantos riscos, pode refletir sobre si para construir cenários alternativos. Entretanto, ele ressalta que essa capacidade de reflexão está atrelada ao acesso à informação sobre a problemática inerente aos riscos.

Ambos os autores avaliam que, embora os riscos não distingam países e classes sociais, as populações mais carentes são as que mais sofrem os impactos decorrentes deles.

Portanto, Beck fundamenta que os riscos fortalecem a sociedade de classes, visto que os indivíduos com maior poder aquisitivo e informação têm mais chances de evitá-los, principalmente por poderem habitar em áreas mais seguras.

1. Riscos de desastres e a iniquidade invisível

Uma vez que, não importa qual seja seu estágio de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, nenhuma sociedade está livre de riscos, estabelecer um grau razoavelmente aceitável para eles é, eminentemente, uma responsabilidade política. E tal responsabilidade aumenta a cada dia, em função da maior frequência e intensidade dos desastres verificadas nos últimos anos.

Segundo o Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNISDR, na sigla em inglês), em duas décadas, entre 1992 e 2012, desastres como enchentes, inundações, secas, furacões, tornados e terremotos afetaram em todo o mundo cerca de 4,5 bilhões de pessoas, das quais 1,3 milhão perderam a vida. Esses desastres provocaram 2 trilhões de dólares de danos.

No Brasil, de acordo com os levantamentos da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), órgão do Ministério da In-

tegração Nacional, responsável pelas ações de redução de riscos de desastres (RRD) e de resposta aos desastres, em 2014 foram reconhecidos 2.666 desastres decretados por 1.886 municípios. Do total, 21 foram de estado de calamidade pública (ECP) e 2.645 de situação de emergência (SE).

Durante o primeiro semestre de 2015, a Sedec recebeu pedido de reconhecimento de 1.142 desastres decretados por 1.135 municípios, dos quais seis ocorrências demandaram decretação de ECP e 1.136 de SE.

Esse problema, no entanto, não é recente. Em todo o mundo, os danos humanos e os prejuízos econômicos ocasionados pelos desastres levaram a Assembleia Geral das Nações Unidas a decretar os anos 1990 como a Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais.

Os impactos desses desastres, muitas vezes associados às mudanças climáticas, elevaram a discussão para outro patamar, provocando uma reação proativa dos organismos nacionais e internacionais. Os primeiros esforços foram para reverter a cultura do desastre na cultura da prevenção, sustentada em iniciativas de redução de riscos de desastres.

Nesse contexto, podemos citar o Quadro de Ação de Hyogo 2005-2015, cujo maior propósito era diminuir os impactos dos desastres naturais. Os 170 países que ratificaram o Marco de Ação de Hyogo, incluindo o Brasil, comprometeram-se a adotar ações capazes de aumentar a resiliência das populações em situações de anormalidade.

E durante a Terceira Conferência da ONU para a Redução de Riscos de Desastres, realizada em março deste ano no Japão, os países-membros ratificaram o Quadro de Ação de Sendai para o período 2015-2030, dando continuidade aos compromissos de Hyogo.

O debate sobre riscos de desastres, nortado por esses esforços dos organismos internacionais, materializados em documentos e protocolos, ajuda a localizar e a identificar, no



sentido lato, as populações mais vulneráveis, o que, por sua vez, poderia contribuir para uma discussão mais ampla sobre a iniquidade na distribuição desses riscos, sinalizando mudanças necessárias para preservar essas vidas.

No entanto, no Brasil, a imprensa, um dos mais importantes termômetros da importância deste tema, cobre apenas os desastres e raramente as pautas associadas à redução de riscos de desastres.

As razões de o primeiro tipo de cobertura receber maior atenção está no fato de o desastre em si garantir à mídia a exploração de histórias com traços da iniquidade denunciada por Beck, mas carregada de sensacionalismo e prejudicada pela ideia distorcida de que o problema pertence às populações mais pobres, acusadas por “escolherem” as áreas de riscos para habitar.

Sabemos que os mais pobres são os mais impactados pelos desastres e deveríamos saber também que pertencemos à mesma sociedade de riscos; mas, quando não nos vemos nessas reportagens, não nos sentimos parte do problema e, portanto, atribuímo-los aos que mais sofrem e, ao mesmo tempo, aos que têm menos voz.

Ao associar os desastres às mudanças climáticas, embora com bastante limitação, imprecisão e controvérsia, características típicas da ciência, a comunidade científica ajuda a dar visibilidade ao problema, uma vez que boa parte dos documentos ressalta a vulnerabilidade, social e econômica, como fator determinante dos impactos dos desastres.

Um exemplo é o *Relatório especial sobre gerenciamento de riscos de eventos extremos e desastres para promover adaptação à mudança do clima* (SREX, na sigla em inglês), assinado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), cujo propósito foi fornecer informações especifi-

cas sobre mudança do clima, condições meteorológicas extremas e extremos climáticos – associados à ocorrência de desastres.

Durante os dois anos e meio de sua produção, o SREX envolveu mais de 200 autores especialistas e estabeleceu relações entre os efeitos da mudança do clima sobre eventos extremos, sobre desastres e sobre o gerenciamento de risco de desastres.

Ao analisar como os extremos climáticos, os fatores humanos e o meio ambiente interagem para influenciar os impactos dos desastres e do gerenciamento de risco, assim como as formas de adaptação, o documento deveria ser leitura obrigatória dos formuladores de políticas públicas de prevenção.

Não muito distante de Beck ou do alerta do papa Francisco, na mais verde das encíclicas, a *Laudato Si*, o diagnóstico do SREX ressalta o papel do desenvolvimento na exposição e vulnerabilidade das populações. Em poucas palavras, não dissocia, ou melhor, não nega as interações entre desastres e desenvolvimento.

Quando divulgado, em 2012, o SREX foi pauta apenas de poucos veículos de ciência, histórica e culturalmente distantes da realidade das populações mais vulneráveis.

A explicação é mais simples do que se imagina. O imaginário e a percepção da população brasileira e dos meios de comunicação associam desastres apenas a terremotos, *tsunamis*, furacões, ignorando a nossa suscetibilidade cotidiana à ocorrência de enchentes, inundações, deslizamentos, seca e estiagem – os tipos mais comuns de desastres que acometem o país.

Por isso, temos mais cobertura jornalística dos desastres do que dos riscos de desastres, o que confere um tom quantitativo nessas coberturas.

Os dados quantitativos dos impactos dos desastres são suficientemente dramáticos e, por

“A falta de saneamento básico, enfim, configura o pior de todos os desastres ambientais que acometem países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.”



isso, inibem outro levantamento, o do perfil das populações afetadas, o que ajudaria a pautar a discussão sobre a velha iniquidade verde denunciada por Beck e relegada por muitos.

Se conhecêssemos melhor o perfil das populações mais vulneráveis aos desastres, seria possível até aumentar a sua resiliência. O acesso à informação e à participação nos processos de tomada de decisão devolve às comunidades o protagonismo necessário para que se tornem efetivamente resilientes aos desastres.

E são os desastres com maior número de vítimas que conseguem pautar mais os meios de comunicação e as conversas cotidianas, e não os desastres com menor número de vítimas ou com impactos diferidos no tempo, como a seca.

Se a temática tivesse visibilidade na imprensa, seria possível formar e nortear uma opinião pública disposta a pressionar o governo por ações mais efetivas de prevenção, reduzindo, com isso, a perda de vidas humanas socialmente já relegadas.

2. Saneamento básico e os desastres

Desde 1980, os países pobres têm sido atingidos por 9% dos desastres registrados no planeta. No entanto, essas nações concentram 48% das mortes causadas por esses eventos. Entre os fatores que contribuem para esse número elevado de fatalidades, estão a ocupação crescente de áreas de risco, a limpeza urbana deficiente, o manejo inadequado dos resíduos sólidos e a ausência ou precariedade dos sistemas de drenagem pluvial, coleta e tratamento de esgoto.

A falta de saneamento básico, enfim, configura o pior de todos os desastres ambientais que acometem países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Assim como em outras nações, há muito impera no Brasil a eterna relutância do poder público em investir no planejamento urbano racional, a fim de preservar o meio ambiente e evitar as mortes

prematuras e violentas que ocorrem, predominantemente, nas áreas de maior vulnerabilidade social, onde as famílias empobrecidas também estão sujeitas à interdição brusca de seus lares e a remoções desumanas.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), 82,5% dos brasileiros recebem água tratada, mas apenas 48,6% da população é atendida com a coleta de esgoto. Outro dado mais alarmante: apenas 39% dos esgotos são tratados. Tudo isso afeta diretamente a conservação dos corpos hídricos, a educação, a saúde pública e o turismo, entre outros segmentos.

E a iniquidade não para por aí. Muitos daqueles que necessitam caminhar quilômetros carregando na cabeça uma lata com água, quase sempre suja, ainda são estigmatizados por diversos setores da sociedade, entre os quais os meios de comunicação, que chegam a culpá-los pela situação dramática em que se encontram, classificando-os como ignorantes por viverem em habitações precárias e ambientes nocivos à saúde.

Os resultados do *Ranking do Saneamento 2015*, diagnóstico publicado pelo Instituto Trata Brasil (ITB), mostram que os avanços rumo à universalização dos serviços de água tratada, coleta e tratamento de esgotos nos cem maiores municípios do país continuam tímidos para atender às metas estipuladas pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) até 2033.

“Muitas capitais estão em posições ruins nessa lista há anos, especialmente Manaus, Belém, Macapá, Teresina, São Luís, Porto Velho e Aracaju, entre outras que quase não avançaram nos dois serviços. Isso mostra que os anos passam e nada acontece. É uma enorme falta de sensibilidade de governantes que se sucedem dando prioridade apenas às obras mais visíveis eleitoralmente do que às mais importantes para o bem-estar da população”, lamenta o presidente do ITB, Édison Carlos, em comunicado à imprensa.



Entre 2003 e 2013, o número de domicílios servidos por redes coletoras de esgotos ou fossas sépticas passou de 32,8 milhões para 47,3 milhões. Por meio do Plansab, o governo espera alcançar a universalização do abastecimento de água em áreas urbanas até 2023. Até 2033, o objetivo é atingir a universalização da coleta de resíduos sólidos urbanos e abranger 92% de domicílios com rede coletora de esgotos sanitários ou fossa séptica, além de atingir 93% de tratamento do esgoto coletado. Mas com o ritmo atual dos investimentos, a meta só será atingida daqui a 129 anos!

Segundo o *World Water Development Report 2014*, 768 milhões de pessoas no mundo não têm acesso garantido à água potável. Nesse contexto, é válido ressaltar que as doenças diarreicas, como a cólera, são algumas das causas mais comuns de mortes em situações de emergência humanitária – a WaterAid informa que a diarreia e as infecções respiratórias agudas são responsáveis por quase 30% das mortes de crianças desabrigadas por desastres, com a diarreia causando até 40% dos óbitos infantis nos casos mais graves.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Juventude (Unicef), 15% da população mundial, ou seja, um bilhão de pessoas, não tem acesso a banheiro.

Conforme salienta o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, a água potável segura e o saneamento adequado são fundamentais para a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Entretanto, a baixa disponibilidade de infraestrutura ameaça a democratização dos serviços sanitários e, assim, integra o conjunto de elementos potencializadores das repetidas tragédias anunciadas que ocorrem todos os anos nas cidades brasileiras vulneráveis aos eventos

climáticos extremos, como tempestades, inundações e secas, quase sempre agravadas pela ação antrópica no ambiente.

A crise hídrica que atinge há três anos o estado mais economicamente desenvolvido do país é a prova cabal de que os desarranjos do clima, aliados à falta de investimentos em expansão e em melhorias no setor, ao desperdício, à ausência de estímulos ao reúso e à captação de água da chuva, ao desmatamento e, por fim, à poluição, constituem sérias ameaças aos sistemas de abastecimento de água.

A situação ganhou, literalmente, contornos dramáticos pelas mãos de Riss, um dos cartunistas feridos no ataque terrorista à redação do semanário Charlie Hebdo, em janeiro deste ano. Numa reportagem em quadrinhos sobre a escassez na região metropolitana de São Paulo, o jornal satírico francês denunciou, em sua edição de 22 de julho, as restrições impostas à população da periferia, que, segundo a publicação, chega a ficar dias sem água, enquanto os cortes no fornecimento para os bairros de classe média duram apenas algumas horas.

Não é tarefa fácil mudar o paradigma de uma sociedade cujos gestores públicos se acostumaram a dar respostas caras e tardias aos problemas que poderiam ser mitigados com medidas preventivas estruturantes e não estruturantes. Só para ter uma ideia, cada 1 real investido em saneamento proporciona economia de 4 reais na área de saúde.

A mobilização social, por meio de coletivos, movimentos e organizações não governamentais, é, portanto, uma das saídas para o problema. Mas, primeiramente, a inércia precisa ser vencida. Afinal de contas, segundo a ONU, apenas uma em cada quatro pessoas desprovidas de saneamento reivindica seus direitos. ●

“O desperdício, a ausência de estímulos ao reúso e à captação de água da chuva, o desmatamento e a poluição, constituem sérias ameaças aos sistemas de abastecimento de água.”

Roteiros homiléticos

Também na internet:
vidapastoral.com.br

* Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), pós-doutor em História Antiga pela Unicamp e em Teologia pelo Fuller Theological Seminary (Califórnia, EUA). É professor no Programa de Mestrado e Doutorado em Teologia da PUC-PR. Publicou diversos livros, a maioria pela PAULUS, entre os quais: *A falsa religião e a amizade enganadora: o livro de Jó e Deus se revela em gestos de solidariedade*. E-mail: luizalexandrrossi@yahoo.com.br



Luiz Alexandre Solano Rossi*

O roteiro homilético para o dia 1 de janeiro (Ano-novo - Santa Maria Mãe de Deus) pode ser acessado no site vidapastoral.com.br.

EPIFANIA DO SENHOR

3 de janeiro

A cidade que irradia justiça

I. Introdução geral

Procure imaginar que, no projeto de Deus, tudo deve estar conectado. Mas não somente as pessoas estão conectadas umas às outras. Trata-se de uma conexão que vai além das pessoas e atinge também os espaços em que as pessoas vivem. Nesse sentido, podemos incluir as cidades e as Igrejas. As cidades e Igrejas deveriam ser um reflexo dos compromissos de cada pessoa e, assim, refletir o compromisso com os valores evangélicos que cada cristão traz gravado no coração. Cidades e Igrejas que não refletem os valores evangélicos apenas mostram que a maioria do povo que nelas está inserido vive uma



vida cristã sem autenticidade e desvinculada do projeto de Deus. Nesse sentido, uma reflexão poderia ser muito bem-vinda: a cidade em que vivemos reflete aquilo que o povo de Deus nela vive? E mais ainda: qual a relevância de nossas igrejas para as cidades?

II. Comentários aos textos bíblicos

1. I leitura: Is 60,1-6

Nesta primeira leitura, estamos diante de bela descrição que o profeta Isaías faz da cidade de Jerusalém. A cidade é estabelecida por Deus como o centro religioso e econômico para todos os povos. Uma cidade onde necessariamente as pessoas se encontrariam e desenvolveriam um projeto de paz, de segurança e de bem-estar. Visto dessa forma, é possível dizer que a construção do bem-estar indica a desconstrução e superação do mal-estar, ou seja, as sementes da violência e da destruição não mais crescerão nas ruas da cidade de Jerusalém.

É possível pensar essa descrição comparativamente àquela de Isaías 1,21-23, em que o profeta descreve a cidade de Jerusalém como infiel a Deus porque havia deixado de lado a prática do direito e da justiça e deixado de agir solidariamente em favor dos enfraquecidos. A cidade que se caracteriza pelo brilho da glória de Deus é aquela em que reina a prática da justiça. O profeta Isaías chama a nossa atenção para algo de extrema importância e que, na maioria das vezes, esquecemos. A cidade de Jerusalém era infiel, mesmo tendo um templo e mesmo que fosse o famoso templo de Salomão. Isaías é ousado ao mostrar que a infidelidade a Deus está ligada à prática da injustiça, à falta de solidariedade e ao esquecimento do direito e dos pobres, justamente por parte daqueles que frequentavam o templo. Eram pessoas que achavam possível amar a Deus sem praticar a justiça!

2. II leitura: Ef 3,2-3a.5-6

A palavra “mistério” utilizada por Paulo não deve ser compreendida como algo que foge à nossa compreensão. Seu significado primeiro se relaciona com o projeto de Deus, o qual visa salvar a todos por meio de Jesus. Em Jesus tudo se descortina. Ele é quem revela Deus: “Eu e o Pai somos um”.

Há em Jesus um projeto salvador que Paulo procura com esmero anunciar. Diz ele que esse projeto não era conhecido das gerações passadas. Trata-se de um mistério que se apresenta para a salvação de toda a humanidade por meio de Jesus Cristo. Paulo está dizendo com todas as letras que não é possível monopolizar o Messias. Nesse caso, também os “gentios” são convocados a participar do povo de Deus. Somente em Jesus Cristo é possível pensar em inclusão. Nele, por ele e a partir dele todas as pessoas podem se sentir incluídas.

Jesus, por isso, não pode ser resumido a uma etnia, a uma ideologia, a uma fronteira. Vemos em Jesus, em suas palavras e ações, que sua preocupação maior era sempre com a inclusão. Jamais ele recusava aqueles que queriam segui-lo. Jamais fechava a porta atrás de si. Jesus não se via como um mistério a ser desvendado por alguns iluminados e privilegiados. Nele havia a possibilidade da inclusão para todos aqueles que desejassem segui-lo. Bastava dar um primeiro passo!

3. Evangelho: Mt 2,1-12

Uma visão que bem poderia ser compreendida como a mais comum para todos nós. Ela se reveste de uma força que tem o poder de nos contagiar e, dessa forma, conduzir-nos por caminhos de novas e melhores práticas. Maria está em casa com seu filho. Uma imagem que, para muitos em nossa sociedade, mães ou pais, se tornou fugidia. Ela está em casa e usa de seu tempo de forma sábia e com qualidade. Vive uma vida de qualidade ao lado de seu filho. Maria faz do espaço do-



méstico um lugar de formação continuada do caráter do pequeno Jesus. É bem possível dizer que Maria utiliza seu tempo com qualidade. Nele, isto é, no tempo, Maria vê possibilidades de gerar maior conhecimento e comunhão não somente entre ela e o filho, mas, também entre ambos e o projeto de Deus.

Hoje dizemos: não temos tempo. Com isso, vivemos relações imbuídas de profunda falta de qualidade com os nossos filhos e filhas. Vivemos mais fora do que dentro de casa. Muitos saem pela manhã, quando os filhos estão dormindo, e somente voltam à noite, quando os filhos já se recolheram. Não se veem e, conseqüentemente, comprometem a qualidade do relacionamento com seus filhos. Se administrarmos o tempo de forma inadequada, ele age contra nós. E, quando percebermos, nossos queridos filhos/as cresceram sem que tivéssemos consciência desse fato. Precisamos de tempo e, talvez, muito mais do que isso; precisamos priorizar o que realmente possui valor para todos nós: os filhos/as.

Não há nada que substitua o contato da mãe e do pai com seus filhos e filhas. Por isso, Maria se faz presente. Não é mãe ausente. Sua presença é forte, constante, carinhosa e fundamental para que seu filho cresça em ambiente sadio. O texto bíblico, ao ressaltar que “viram o menino com Maria”, deseja enfatizar que a qualidade dos relacionamentos bem construídos tem por base o tempo que dedicamos às pessoas que amamos. Maria ama e por isso faz questão de viver próxima do filho. Não tenho tempo, dizemos com muita facilidade, a fim de reduzirmos o senso de culpa. No entanto, as 24 horas do dia de Maria são também as 24 horas que temos. Assim, o problema não está na quantidade de horas, e sim na maneira como o administramos e como elegemos nossas prioridades.

É impossível amarmos com qualidade se não estamos presentes. O próprio Deus salienta esse princípio ao dar o nome a seu filho: Emanuel, ou seja, Deus-conosco. Para

O livro do sentido Volume I - Crise e busca de sentido hoje (parte crítico-analítica)

Clodovis Boff



Qual é o sentido da vida? Essa pergunta é particularmente aguda em nosso tempo. Este primeiro volume tratará da questão do sentido em sua problemática geral. Fará isso tanto no plano real, quanto no plano teórico.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





amar e continuar amando, precisamos nos encontrar e “gastar” o tempo juntos. Maria também é “Emanuel” para seu filho, e, da mesma forma, deveríamos ser “Emanuel” para nossos filhos e filhas.

III. Pistas para reflexão

- Para quem precisamos ser “Emanuel”, isto é, presença que ajuda, abençoa, partilha, vive e convive? A presença fala muito alto. Devemos inspirar-nos na “estratégia de Deus”, que se fez presente junto a nós – por meio de Jesus –, e nos convencer de que podemos revitalizar a qualidade dos nossos relacionamentos com os que nos cercam e com a nossa comunidade quando fazemos de nossa presença algo constante.

- Muitas vezes – e por que não dizer, na maioria das vezes – nossas cidades são marcadas por muita religiosidade e pouca justiça social. Tentemos imaginar a desproporção entre as pessoas que se dirigem a alguma igreja nos fins de semana e o perfil da cidade onde elas vivem. Se a igreja parece o “céu”, os outros locais às vezes parecem “infernos”, devido à prática da injustiça e ao descaso para com o ser humano.

BATISMO DO SENHOR

10 de janeiro

Deus não faz diferença entre as pessoas

I. Introdução geral

No princípio Deus criou todas as coisas e, entre elas, criou os seres humanos. Diz o texto bíblico que Deus criou o homem e a mulher como sua imagem e semelhança. Quem é a

imagem de Deus? Somente o homem? Somente a mulher? A resposta é um sonoro não. Tanto um quanto o outro ou, tornando mais simples, a totalidade de um com o outro, o encontro de um com o outro, é que manifesta a imagem de Deus. No entanto, se o projeto de Deus é a semelhança para o serviço mútuo, o projeto humano mais parece a diferenciação nas relações de poder, tendo em vista o domínio deles sobre elas. Assim, não nos vemos como iguais. Enxergamos, sim, as pessoas de forma hierarquizada, com alguns sempre acima e muitos outros sempre abaixo. No entanto, a lógica do projeto de Deus é a manifestação de relações justas entre iguais, enquanto a lógica humana se apresenta como construção de relações de poder entre desiguais. Qual lógica vamos escolher?

II. Comentários aos textos bíblicos

1. I leitura: Is 42,1-4.6-7

Estamos diante do primeiro poema do servo de Javé (49,1-9a; 50,4-11; 52,13-53,12). Trata-se de um servo que possui características e missão especiais. Muitas vezes não damos o devido destaque ao aspecto concreto das palavras nesse texto de Isaías. A missão do servo é realizar a justiça e promover o direito. Sua ação se desenvolve para além das fronteiras do povo de Israel e atinge todas as nações. Afinal, um projeto de vida e de sociedade construído a partir da justiça e do direito é muito e infinitamente superior ao projeto construído sobre os fundamentos da violência e da injustiça.

É interessante destacar que o projeto assumido pelo servo é também o projeto que está no coração e na vontade de Deus! Vale a pena observar algumas palavras que remetem à relação de Deus com o servo por meio das seguintes palavras: Meu servo, eu o sus-



tento; meu escolhido, nele me agrado. O servo está umbilicalmente ligado a Deus e não pode ser pensado longe dele. O projeto do servo, portanto, também é o projeto de Deus. Vale dizer que o projeto do servo está no coração de Deus! Pois bem, é essencial compreender que a missão do servo se faz relacionamente, ou seja, ele existe para os outros, está a serviço para implantar a justiça. Mas como? Abrindo os olhos dos cegos, tirando os presos da cadeia e levando para a luz os que vivem no escuro. Uma verdade incontestável: o servo cumpre a vontade de Deus quando se aproxima solidariamente das pessoas mais fragilizadas da sociedade. Nesse sentido, todas as vezes que formos em direção aos pequeninos da sociedade, estaremos caminhando em direção a Deus.

2. II leitura: At 10,34-38

“Deus não faz diferença entre as pessoas”: poderia ser o título da catequese para a vida. Mas Pedro chegou a essa conclusão a partir de uma experiência real na casa de Cornélio. Enquanto Pedro queria separar, Deus queria unir. Não existe, de fato, teologia da separação, diferenciando os que são daqueles que não são; os melhores dos piores; os fortes dos fracos; os ricos dos pobres. Para fundamentar sua experiência, Pedro coloca em cena o próprio Jesus, que peregrinava pelas estradas fazendo o bem e curando a todos. Pedro reconhece que o evangelho não pode ser reduzido a uma redoma de vidro que privilegia alguns poucos em detrimento de muitos.

A descoberta do apóstolo é que as boas-novas possuem caráter universal e, ao universalizar a mensagem de Jesus, todas as barreiras levantadas pelos preconceitos humanos devem ser derrubadas. O evangelho não é, portanto, instrumento de construção de barreiras que nos impedem de caminhar em direção aos outros. É, sim, um instrumento que nos leva a caminhar em direção ao outro

A política da própria vida Biomedicina, poder e subjetividade no século XXI

Nikolas Rose



400 págs.

Durante séculos, a medicina buscou tratar anormalidades. Hoje, porém, a própria normalidade está aberta a modificações médicas. Munida de nova compreensão molecular de corpos e de mentes, e de novas técnicas para manipulação de processos básicos da vida no nível de moléculas, células e genes, a medicina agora busca lidar com processos humanos vitais. A política da própria vida oferece uma análise indispensável dos desenvolvimentos recentes nas ciências da vida e na biomedicina que têm levado à difusa politização da medicina, da vida humana e da biotecnologia.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





através de pontes de libertação. Um evangelho que não derruba barreiras deve ser revisito. Todo evangelho, necessariamente, deveria levar-nos a superar os preconceitos que edificamos e pensamos que são eternos. A universalização do preconceito cria infernos em nosso cotidiano e inviabiliza a construção de uma sociedade na qual Jesus seja tudo em todos. Porque o amor de Jesus inclui a todos indistintamente.

3. Evangelho: Lc 3,15-16.21-22

Na segunda leitura, Atos 10,34-38, vemos como Deus ungiu a Jesus com o Espírito Santo e com poder. Na leitura do evangelho deparamos com duas grandes figuras: João Batista e Jesus. Entre os dois está o povo que procura pelo Messias. A atitude do Batista é permeada de humildade. Sente-se apenas como bússola que indica a melhor direção. A sua humildade é exemplar: ele sabe que não está em condições nem mesmo de desamarrear a correia das sandálias de Jesus. João é consciente de sua indignidade para prestar a Jesus ainda que fosse o mais humilde dos serviços de escravo, pois eram os escravos que desatavam as correias das sandálias de seus senhores. O Batista não está preocupado com posições e poder.

Mesmo que a pregação de João Batista tenha aumentado no povo a esperança da próxima vinda do Messias e de que ele mesmo fosse o Messias, no coração do Batista resplandecia a beleza do Cristo. Tudo em João apontava para Jesus. Ele não chamava para si a luz dos holofotes. Sabedor de sua missão, retirava-se para que as luzes atingissem em cheio aquele que deveria reinar eternamente. O poder de Jesus se manifesta no agir de João, que batiza apenas com água; Jesus batiza com o Espírito Santo e com fogo. Não que a água não seja importante. Percebe-se, na verdade, que a ação de Jesus vai bem mais longe.

Tanto nos vv. 15-16 quanto em 21-22,

destaca-se a presença do Espírito Santo. Nos primeiros versículos, indica-se que Jesus batizará com o Espírito Santo e com fogo; e nos últimos versículos, que o Espírito Santo desce sobre Jesus no batismo, não somente o tomando por completo, mas também ratificando sua identidade: realmente ele é Filho de Deus, pois gerado por Deus. Aquele que está repleto do Espírito pode batizar com o Espírito.

A equação parece simples: ninguém pode dar o que não tem. Jesus é a vida e concede vida; Jesus tem o Espírito e batiza com o Espírito. Em Jesus se encontra a plenitude da vida, e esta somente pode ser completa em nós ao assumirmos a vida de Jesus. O que Jesus é se manifesta em suas relações e palavras. Tudo o que ele é se reproduz naqueles que a ele aderem. E, sem dúvida, a mesma lógica ele espera que haja em nós: que ela se repita e se multiplique em nossos relacionamentos, palavras e ações.

Se no início o Espírito pairava sobre as águas, produzindo ordem em meio ao caos, agora a presença do Espírito em Jesus cria ordem em todos aqueles/as que a ele aderem. Em meio ao caos que, em muitos momentos, se apresenta na vida, é necessária a presença do único princípio capaz de anular a força ameaçadora do caos e da destruição. Trata-se do princípio da criação a partir de cada vida! A partir desse momento, a missão do Filho é a mesma missão do Pai.

III. Pistas para reflexão

- Uma das questões mais difíceis para o ser humano é aquela relacionada com o poder, que na verdade é considerado o mais terrível vírus a infectá-lo. Ninguém está livre dele! Trata-se de uma tentação constante e contínua. Dificilmente nos vemos como servos. A preocupação de muitos é com as posições que podem ocupar e com o poder que terão em cada uma dessas posições.



Não valeria a pena recuperarmos o exemplo de João Batista?

- Quais preconceitos trazemos dentro dos nossos corações? Sim, sabemos que Deus não faz diferença entre as pessoas e temos convicção disso. Mas o que dizer de nós? Via de regra, quase ninguém se reconhece como preconceituoso. Mas basta uma cena do cotidiano para verificarmos que o preconceito que trazemos dentro de nós é muito mais forte do que jamais havíamos pensado. Não é verdade que temos a tendência de dividirmos as pessoas entre melhores e piores, fortes e fracos, ricos e pobres, inteligentes e ignorantes, e decidirmos sempre pelos que são em detrimento daqueles que não são?

2º DOMINGO DO T. COMUM

17 de janeiro

Caminhar com Jesus exige mudança radical de vida

I. Introdução geral

Se quisermos permanecer sempre da mesma maneira, será necessário optar por uma vida em que Deus se faça ausente. Talvez até poderíamos dizer que o “sobrenome” de Deus é “mudança”. Onde ele se apresenta, não somente as pessoas mudam, como também as histórias dessas pessoas são fortemente alteradas. A experiência do Êxodo é modular. Deus se apresentou na história dos escravos mantidos em cativeiro por um faraó que não desejava mudança alguma, alterou-lhes a condição de escravos para livres e propôs-lhes construir uma história em que eles mesmos seriam protagonistas. Andar com Deus

Ética pós-moderna

Zygmunt Bauman



352 págs.

Estaria a moralidade com os dias contados? Estaríamos testemunhando a “morte da ética” e a transição para a nova era do pós-dever? Será que a ética, no tempo do pós-moderno, está sendo substituída pela estética? Para muitos, quer jornalistas quer acadêmicos, o pós-modernismo traz a “emancipação” de padrões morais, liberta do dever e desarticula a moral da responsabilidade. Como antídoto aos que se contentam em buscar o que está na moda, Zygmunt Bauman apresenta aqui um poderoso e persuasivo estudo da perspectiva pós-moderna da ética.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL

paulus.com.br





significa, por conseguinte, rever completamente quem somos, o que fazemos e como fazemos. A partir do momento em que experimentamos Deus, não podemos mais ser e fazer do mesmo jeito. Em Deus a mediocridade é anulada para que possamos ir mais além. Mediocre, nesse sentido, é a pessoa que se acomodou àquilo que é, além disso se acostumou com o futuro como uma extensão do que vive no presente. Transformados pela experiência de Deus, somos chamados a viver de forma diferente numa sociedade marcada pela indiferença.

II. Comentários aos textos bíblicos

1. I leitura: Is 62,1-5

Andar com Deus exige mudança radical de vida. É impossível caminhar com Deus e continuar agindo da mesma maneira. Talvez seja até mesmo possível dizer que, se quisermos continuar vivendo do mesmo jeito, deveríamos na verdade nos afastar de Deus. Relacionamento com Deus, portanto, exige transformação. Em Isaías a transformação vem manifestada pela mudança de nome, que, nesse caso, significa ter novo destino. A transformação radical pela qual vai passar Jerusalém pode ser vista na comparação dos nomes antigos com os nomes novos: de abandonada e desolada, Jerusalém será conhecida como minha delícia e desposada. Não se trata de uma repaginação para esconder o que está errado ou, em outras palavras, esconder a sujeira embaixo do tapete. Trata-se, sim, de radical transformação.

Quando Deus se ausenta, também o projeto de vida, liberdade e justiça por ele desejado se afasta. A ausência de Deus se manifesta na instalação de um projeto de morte e de violência. Por isso, o profeta Isaías vai dizer que a cidade fiel se transformou em prostituta, que antes era cheia de direito e nela morava a jus-

tiça, mas agora, após o afastamento de Deus, está cheia de criminosos. Nega-se a Deus e a sua presença, nesse caso, quando alguém vira as costas para os mais frágeis da sociedade; ou seja, nas palavras do próprio Isaías, quando “não se faz justiça ao órfão, e a causa da viúva não chega até eles” (Is 1,21-23).

2. II leitura: 1Cor 12,4-11

A segunda leitura nos mostra que a multiplicidade deve sempre ser vista como algo salutar. Não podemos viver sob a ditadura do que é singular e absoluto. Somos plurais em nossas relações e em outros aspectos, como mostra o apóstolo Paulo. Ele ensina que dons, ministérios e atividades devem ser pensados como plurais, sob a tutela e unificação do Espírito. O que vale, portanto, é a unidade do corpo que resulta do exercício da pluralidade. O sentido e a razão de existir dons, ministérios e atividades está relacionado à forma pela qual tudo chega como serviço às pessoas. Devem servir à comunidade.

O olhar de Paulo, sem dúvida, é sempre para o comunitário em detrimento do individual. Paulo poderia muito bem fazer a seguinte pergunta: como os dons e ministérios que tenho ajudam a construir minha comunidade? Carisma e serviço, a partir dessa concepção, completam-se. Tudo o que somos e temos pertence à comunidade. Deus jamais concede algo para favorecer o império do individualismo. Na verdade, Deus pensa de forma comunitária e relacional. A criatividade teológica de Paulo é chave para entender que Deus, em sua infinita sabedoria, distribuiu dons, ministérios e serviços a diferentes pessoas a fim de que elas, ao se encontrarem, completassem umas às outras. Na lógica de Paulo, se vivermos separados, sucumbimos no isolamento. E se nos aproximarmos, complementaremos o que falta a fim de que o corpo cresça em unidade.

Mas não podemos deixar de perceber a crítica sutil que Paulo faz àqueles, na comu-



nidade de Corinto, que desejavam ser proprietários do Espírito Santo. A ambição desses levava à divisão da comunidade; orgulhavam-se de ter determinados dons e, portanto, achavam-se superiores. A esses, Paulo afirmava de forma categórica que era o Espírito de Deus quem dava e fazia agir.

3. Evangelho: Jo 2,1-11

O Evangelho de João retrata uma situação de carência. Maria é a discipula das discipulas. Ela assume o discipulado como estilo de vida e, assim, seus gestos, suas palavras, seus sentimentos, seu jeito de ser-viver-fazer estão direcionados para o próprio Jesus. Maria é a mãe de Jesus, mas também se apresenta como sua discipula.

Maria vive para Jesus não apenas porque ele é seu filho, mas porque é sabedora de que ele é o Filho de Deus e o Salvador do mundo. Dessa forma, a primeira das discipulas dá o tom do que vem a ser o verdadeiro discipulado: fazer a vontade de Jesus.

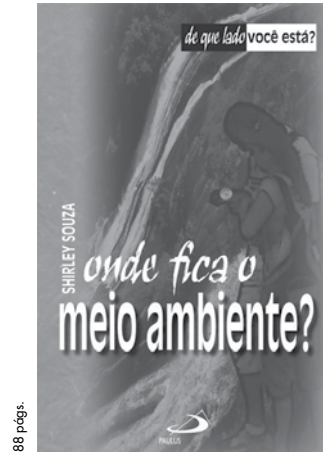
Muitos cristãos desejam a vida de Cristo sem o discipulado. Querem tudo quanto Jesus pode dar, desde que não haja o seguimento e o compromisso. Na verdade, amamos Jesus e tudo quanto ele fez por nós, porém nos incomodamos com aquilo que ele nos manda fazer.

A expressão de Maria revela-nos uma verdade singular: Jesus sempre se apresenta na relação conosco como Senhor e, consequentemente, deveríamos fazer tudo quanto ele nos ordena. Às vezes temos a tendência, e em muitos casos a pretensão, de inverter essa situação e, dessa forma, apresentar-nos como aqueles que determinam o que Jesus pode ou não fazer em relação a nós. Às vezes, observando o comportamento de muitos cristãos, temos a vívida impressão de que Jesus foi transformado num servo requintado que está à disposição deles.

Queremos a plenitude de Jesus em nós, mas temos dificuldades para nos dedicar

Onde fica o meio ambiente?

Shirley Souza



Larissa, Norio, Diego e Luana participam de um projeto em defesa do meio ambiente, mas cada um tem suas opiniões e propostas de ação. Para realmente transformar o lugar onde vivem, eles precisarão aprender que a ação individual é importante, mas nem tudo pode ser feito por uma só pessoa – a união é fundamental para fazer os sonhos virarem realidade. Nos livros desta coleção, acompanhe jovens envolvidos em situações às vezes bem complicadas e conheça diversas opiniões sobre temas polêmicos.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





completamente a ele. A espiritualidade vivida por Maria segue numa direção oposta à nossa e, por isso, indica o bom caminho pelo qual devemos viver o discipulado. Para ela, o discipulado é a marca que distingue o verdadeiro do falso discípulo. Nesse sentido, a obediência e o desejo de servir se apresentam nela como elementos que a tornam a discípula por excelência. Obediência e serviço estão impregnados na maneira como Maria vivia. Eram como irmãs gêmeas que indicavam a melhor maneira de ser discípulo.

Maria estabelece a esperança como padrão de comportamento. Talvez seja necessário olhar a realidade com os seus olhos. Ela vê uma realidade e não se atreve a negá-la. Porém, a realidade vivida não é ainda a definitiva. Falta a ação de Jesus, que virá como o vinho melhor. Em Maria se antecipa a esperança. Através dos olhos dela, podemos ver mais além e enxergar a completude daquilo que nos falta.

III. Pistas para reflexão

- Quando perdemos a referência do comunitário, acabamos nos envolvendo no emaranhado de linhas do individualismo. E nada mais contrário à vida cristã do que o individualismo, que nega o encontro e a vivência em comum. Uma das mais importantes descobertas na vida cristã é justamente aquela que nos leva a perceber que somente existimos para os outros e é no encontro com os outros que nos completamos. Não é por outra razão que o apóstolo Paulo afirma que os cristãos formam, todos juntos, o único corpo de Cristo.

- Obediência e serviço são duas atitudes difíceis de praticar. Ambas se apresentam como verdadeiro peso que não gostaríamos de carregar. Quão difícil é obedecer a Jesus e fazer a sua vontade! É muito mais fácil reconhecer que Jesus é o Filho de Deus do que segui-lo como discípulo. Não é possível ser

discípulo e missionário de Jesus sem obedermos à vontade dele e nos pormos a serviço de todos os que precisam!

3º DOMINGO DO T. COMUM

24 de janeiro

O fio de três dobras não se rompe com facilidade

I. Introdução geral

Nenhuma comunidade se constrói sem a Palavra de Deus. Uma das provas irrefutáveis da fragilidade de uma paróquia se revela na pouca profundidade que seus fiéis possuem das Escrituras. A Palavra de Deus deve ser compreendida como o alimento sólido que leva a comunidade a caminhar com passos firmes e seguros para o futuro. Quando não nos alimentamos, o corpo enfraquece e desfalece. Imaginemos todo o corpo de Cristo tomado por indisposição e letargia, marcado pela falta de conhecimento bíblico e, com isso, fácil de ser levado para lá e para cá por qualquer vento de falsa doutrina. O estudo das Sagradas Escrituras une irmãos e irmãs ao redor da mesma fé e os torna responsáveis uns pelos outros.

II. Comentários aos textos bíblicos

1. I leitura: Ne 8,2-4a.5-6.8-10

A segunda leitura nos faz lembrar uma expressão curiosa: “O fio de três dobras não se rompe com facilidade”, diz um dos provérbios bíblicos. Imagine, então, todo um povo



unido em direção ao mesmo objetivo! Pois é exatamente assim que se inicia a primeira leitura: “Todo o povo, como se fosse uma única pessoa, se reuniu na praça...”. Reunidos, não há espaço para interesses individuais ou necessidade de reconhecer quem é mais e quem é menos. E qual foi o motivo da reunião? Para que fosse lido o livro da lei. Tratava-se, nesse caso, de catequese coletiva. Todo o povo reunido para ouvir a palavra de Deus. Uma reunião marcada por quatro características: é espontânea, coletiva, harmoniosa e com um só propósito. A comunidade se reúne ao redor da Palavra e procura, a partir desse referencial seguro, traduzir em suas práticas diárias a vontade de Deus, a qual é sempre concretizada na partilha. Um povo que se reunia para se alimentar com o pão nutritivo da Palavra de Deus e, assim, saciar a própria fome.

A reunião foi marcada pela atenção com que ouviam a leitura da Palavra e pela reverência (ficaram em pé), a ponto de colocarem o próprio corpo para participar dessa festa litúrgica (erguiam as mãos e respondiam com amém) e terem o coração atingido em cheio pelo calor da Palavra de Deus (começaram a chorar). Mas a reunião do povo para escutar a Palavra não pode ser pensada como um momento de tristeza. Por isso, Esdras motiva-os a retornar a suas casas e celebrar a proposta de vida de Deus com muita alegria, sem se esquecerem de partilhar a comida com os que nada tinham. Afinal, se todo o povo era como uma única pessoa, nenhuma poderia passar fome e vivenciar a tristeza da carência. O compromisso com a Palavra de Deus causa profundas mudanças no povo de Deus.

2. II leitura: 1Cor 12,12-30

Paulo sabiamente utiliza o corpo humano como metáfora para falar sobre as relações que deveriam acontecer dentro da comunidade entre os irmãos e irmãs. Se na sociedade ao redor de Paulo se utilizava a imagem do corpo para justificar o poder de dominação,

Alice no país da natureza

Jorge Fernando dos Santos



Alice faz o dever de casa de Geografia, enquanto assiste à TV e bate papo com os amigos pela Internet. De repente, uma onça pintada pula na janela e invade seu quarto. Mas não há motivo para ter medo. Apesar da fama de carnívora, a boa felina não está à caça de comida. Ela busca ajuda para salvar a Amazônia da ação de madeireiros, carvoeiros e caçadores que ameaçam a vida selvagem, a segurança dos índios e o equilíbrio ecológico do planeta. Esse enredo de Alice no país da natureza, livro de Jorge Fernando dos Santos, que tem tom poético e divertido busca o diálogo com a cultura dos povos da floresta e com autores clássicos como Lewis Carrol e Monteiro Lobato.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





ao hierarquizar as relações entre uns e outros, o apóstolo pensa de forma contracultural e produz uma inversão sensacional: unidade na diversidade, a partir dos mais fracos. Cristo é a cabeça de um só corpo e todos os membros estão nele integrados. No entanto, não é possível deixar de lado a inovação de Paulo ao afirmar o critério de atenção aos membros mais fracos: “os que parecem mais fracos são os mais necessários” (12,22).

A unidade do corpo passa pelo respeito a si próprio, assim como pelo respeito aos outros. Em relação à própria pessoa, é-lhe necessário saber quem ela é dentro do corpo e assumir sua particular função (“se não sou mão, então não pertencço ao corpo”, 12,15); e relativamente aos outros, deve-se pensar sobre a responsabilidade ética que temos com as demais pessoas que vivem e convivem conosco na mesma comunidade.

Para Paulo, a percepção de que todos constituímos um só corpo é que determina a construção de uma comunidade sadia. Em 12,3, Paulo falou duas vezes do Espírito. Num primeiro momento, destacou que “fomos batizados num só Espírito”; em seguida, afirmou: “Todos bebemos de um só Espírito”. É preciso salientar o aspecto comunitário nas duas afirmações – “todos” –, indicando a superação de qualquer divisão na comunidade. O corpo é a comunidade, e o espírito envolve o corpo. Todas as patologias advêm justamente quando algum membro do corpo procura viver a partir do princípio da hierarquização e da dominação sobre o outro. Na construção do corpo não há espaço para sentimentos de superioridade ou inferioridade. Em comunhão nos vemos como extensão um do outro, e não como competidores que precisam derrotar os outros. No corpo não há inimigos, e sim irmãos e irmãs.

3. Evangelho: Lc 1,1-4; 4,14-21

Estamos diante do programa de toda a atividade de Jesus. E o texto é colocado pre-

cisamente no início da vida pública de Jesus. Trata-se de seu programa de trabalho. Se alguém quisesse saber quais seriam as ações, opções e comportamento de Jesus, bastaria prestar atenção nas palavras que fluíam de seus lábios. E as pessoas presentes na sinagoga tinham os olhos fixos nele. Aquilo que Jesus tem para dizer desperta a atenção de todos. São palavras carregadas de sentido, recheadas com seu projeto de libertação. Palavras que vão ao encontro dos desamparados, para que possam se sentir seguros e protegidos por uma palavra viva que liberta. Percebe-se logo que o ministério/vida de Jesus está concentrado na periferia. Sua vida é direcionada aos oprimidos e vulneráveis. Ele decididamente permanece ao lado deles e, simultaneamente, condena os opressores.

Ao ler o texto de Isaías 61,1-2 e aplicá-lo a si mesmo, Jesus assume sua vida e ministério no contexto em que está vivendo. Jesus não é um alienado que fecha os olhos para o que está acontecendo ao seu redor. É sabedor da própria realidade. E, nesse sentido, ele não nega a realidade, mesmo que seja contraditória, opressora e criadora de pobreza e de marginalização. Ao contrário, assume sua própria vocação em meio a forte contradição social e se faz solidário com aqueles que estão sendo desumanizados e empobrecidos pelo sistema sociopolítico. A realidade que os pobres viviam não era estranha a Jesus, pois era uma realidade que também alcançava a ele e a sua família. O século primeiro foi marcado por grandes catástrofes na Palestina: secas, furacões, epidemias, tempos de fome. As propriedades eram concentradas nas mãos de poucos e com isso aumentava o número dos sem-terra; os impostos aumentavam não apenas nas porcentagens a pagar, mas também pelo aparecimento de novos impostos.

O ministério de Jesus refletirá justamente essa situação. A multidão que o segue vive na periferia da vida; é enorme o número de pessoas que vivem no anonimato. São pobres



não porque sejam vagabundos e não gostem de trabalhar. São pobres justamente porque trabalham. Apresentam-se como vítimas de uma sociedade que cria a pobreza e faz da miséria um instrumento de riqueza para poucos. A multidão que o segue passa fome e anda em busca de alimento, como ovelhas que não têm pastor para alimentá-las. Jesus não vira as costas para a multidão de pobres.

Diante da multidão, a única opção que lhe cabia era o exercício da solidariedade. A realidade que Jesus vivia era seu maior desafio. Ele se encarnava na realidade para transformá-la. Não se alienava da realidade, e suas palavras e ações não produziam alienação nos ouvintes. A relevância de Jesus pode ser vista justamente na maneira como ele assumiu a realidade dos pobres como a sua própria realidade. Nesse sentido, o povo encontrava, nas palavras e gestos de Jesus, a melhor resposta.

III. Pistas para reflexão

- Seria muito interessante que pudéssemos utilizar os grupos de reflexão ao redor da Bíblia como termômetro para medir o compromisso com as nossas paróquias. Temos facilidade de produzir grandes ajuntamentos para *shows* e não conseguimos o mesmo entusiasmo e participação quando se convoca para estudar a Bíblia. Todavia, como poderemos conhecer o projeto de Deus para as nossas vidas e para a nossa Igreja, se não temos familiaridade com a Palavra de Deus?

- Há nas palavras de Jesus um projeto de libertação integral para o ser humano. Ele faz ousada e decidida opção pelos mais vulneráveis. Ao olhar para as pessoas, não via em primeiro lugar os pecados delas, e sim o sofrimento que as atingia e subjugava. Em seu programa de atividade lido na sinagoga, Jesus indicava com todas as letras os caminhos que iria trilhar. E quais são os nossos caminhos?

Chico, homem da floresta

Lúcia Fidalgo



A história de Chico Mendes é aqui retratada com o objetivo de mostrar às crianças a importância da preservação da natureza, seus benefícios e também os prejuízos que o desmatamento causado pela exploração e pela falta de conscientização podem nos trazer. Chico Mendes foi um defensor da floresta e, por causa de sua incansável luta, foi assassinado. Com certeza esse herói será lembrado por todas as gerações, pois sua luta não cessará, a fim de que o mundo todo não venha a sofrer mais com as consequências do descompromisso para com a natureza.

Ilustrações: Demóstenes Vargas

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





4º DOMINGO DO T. COMUM

31 de janeiro

Não existem fronteiras quando se fala de libertação

I. Introdução geral

Somos chamados por Deus para uma missão histórica. É justamente na história que devemos construir o projeto que exige sempre inserção e protagonismo. Jamais podemos esquecer que Deus age no mundo por meio de seus filhos e filhas. Todas as vezes que nos negamos a agir, sonhamos a ação libertadora de Deus na história de muitos. Da mesma forma que Deus assumiu a história do ser humano como sua, devemos assumir a história de todos os pequeninos que vivem na periferia, a fim de que eles também possam viver em abundância de vida.

II. Comentários aos textos bíblicos

1. I leitura: Jr 1,4-5.17-19

Na primeira leitura, encontramos Jeremias relatando sua vocação. Ele recebe uma palavra. Não se trata de uma palavra qualquer. É a palavra de Javé, portanto, algo dinâmico e poderoso. Uma palavra que não volta, enquanto não cumpre o seu objetivo. Uma palavra que acontece, que irrompe na vida do profeta e da qual ele não tem como desviar-se. Também devemos perceber que essa palavra é recebida dentro da história. Aponta para o caráter histórico e dinâmico da ação de Javé. A palavra de Deus acontece na histó-

ria – no dia a dia de homens e mulheres. Essa percepção de Jeremias é fundamental para entender sua vida, ministério e vocação: uma percepção de que Javé lhe fala desde dentro da história. Ele não é chamado para se alienar da história, mas sim para viver profunda e intensamente o papel que Deus lhe concedeu que vivesse.

Deus fala ao profeta: “Eu conheci você”. Trata-se de um conhecimento que se efetua no contato prático, na experiência do cotidiano, no relacionamento intenso. O texto não está dizendo que Javé apenas tomou conhecimento dele, que sabia de sua existência. Absolutamente, não! O texto bíblico está nos assegurando que, desde tempos remotos, Javé estava em relacionamento intenso com o profeta, dedicando-lhe cuidado, preocupação e providência.

E Deus acrescenta: “Eu o consagrei”. Jeremias é separado do ambiente profano para viver uma relação especial com Deus. Privilégio, diríamos! Mas, se olharmos bem, veremos que este “ser consagrado” não indica uma qualidade, e sim uma função. Jeremias foi consagrado para viver uma função, exercer uma tarefa. Enganam-se os que pensam que a consagração fez de Jeremias uma pessoa superprotegida e intocável. Puro engano. A leitura do texto bíblico nos leva a perceber um homem que viveu contradições, que passou por vergonha, que apanhou e foi torturado; um profeta que chorou nas mãos de Javé e dos homens. Contudo, não desistiu nem de um nem de outro! Do começo ao fim do livro podemos perceber esse duplo vaivém da vida consagrada de Jeremias. Sua dedicação a Javé é inquestionável e sua opção pelo povo pobre e sofrido é de um colorido excepcional.

2. II leitura: 1Cor 12,31-13,13

A segunda leitura do apóstolo Paulo nos remete ao conhecido hino do amor, que deve ser lido, interpretado e vivido como proposta



comunitária para orientar o povo de Deus. O caminho do amor ou ágape deve ser compreendido como entrega generosa e livre. E o ponto alto do ágape divino pode ser sem dúvida reconhecido quando Deus enviou seu Filho unigênito (Jo 3,16). Pode-se dizer que o amor de Deus se tornou visível no “ato de entrega”. Deus como que sai de si mesmo para amar os seres humanos, que, por serem imagem e semelhança dele, são capazes de amar. Nesse sentido, jamais o amor na Igreja poderia ser pensado e vivido de forma parcelada. Na Igreja, o amor deve ser tudo em todos.

Existem muitos caminhos pelos quais podemos andar. Porém, o apóstolo Paulo nos ensina que há um caminho bem melhor. Infeliz é quem dá passos em caminhos que não levam a lugar algum. O caminho proposto por Paulo – o amor – é aquele que nos leva a atingir o alvo da vida proposto por Deus. Não é por menos que Paulo, nos vv. 4-7, desfila 15 qualidades do amor. Sete indicam as coisas que o amor é e faz, e oito o que o amor não é e não faz. O amor se manifesta como grande lago onde uma pedra produz ondas sucessivas. Somente o amor pode dar unidade interior, tanto ao cristão como à comunidade.

Não é suficiente ter fé e esperança. Mesmo que ambas sejam elementos essenciais para construir a vida humana, o amor é que se apresenta como realidade que completa o ser humano e o leva a viver numa nova realidade. A ausência do amor deixa espaços – ao egoísmo, a rixas, a ciúmes – que precisam ser urgentemente preenchidos. É o amor que nos move em direção aos outros e permite que derrubemos os muros que causam separação. Quem não ama o outro também é incapaz de amar a si mesmo; quem não ama o próximo a quem vê, certamente não desenvolverá nenhum sentimento amoroso para com Deus. Amar, nesse sentido, não é mera opção que fazemos. Trata-se de imperativo que recebemos.

Nunca pare de sonhar **O presbítero que ama** **Jesus e sua Igreja**

Jésus Benedito dos Santos



256 págs.

João XXIII pedia pelo surgimento de homens sábios, que fossem capazes de iluminar, com a luz de Cristo, as descobertas do mundo moderno. Este livro é um convite a todo cristão católico a continuar sonhando o sonho do Concílio Vaticano II, trabalho esse para colocar o mundo moderno diante do Evangelho de Cristo. No espírito do Concílio Vaticano II, o presbítero deve ser, no meio da humanidade, uma centelha de luz a direcionar o caminho para Deus. Para isso, não basta gostar de ser presbítero, é preciso amar e viver como presbítero, amando Jesus e sua Igreja.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





3. Evangelho: Lc 4,21-30

A missão de Jesus se torna clara quando ele, na sinagoga de Nazaré, lê o profeta. Porém, não é somente questão de leitura de um texto sagrado. É necessário perceber a ousadia de Jesus ao afirmar, após a leitura, que se cumpria nele cada uma dessas palavras. Em seu modo de ser, pensar e viver, Jesus assume a tradição profética e, por isso, se apresenta como o maior de todos eles. Um profeta que traz a boa notícia para os pobres, porque foi ungido pelo Espírito de Deus. A presença do Espírito de Deus em Jesus é fonte de libertação para os pobres e, ao mesmo tempo, ratifica a missão de Jesus junto àqueles que vivem na periferia da vida. Mas não se trata de uma libertação para poucos. Jesus utiliza o exemplo de outros profetas, Elias e Eliseu, com o propósito de mostrar que a mensagem de libertação não se restringe a um único povo. Os dois profetas operam os milagres da ressurreição e da cura do leproso em benefício de estrangeiros. O próprio Jesus ressuscitará o filho da viúva de Naim (Lc 7,11) e libertará da lepra um samaritano (Lc 17,12). O ensinamento é muito claro: o que nele vale não é pertencer a um povo que decide, é a graça de Deus e a expectativa das pessoas.

Não é possível e imaginável privatizar a salvação e libertação de Jesus Cristo. Se muitos desejam colocar Jesus dentro de uma redoma a fim de manipulá-lo, é sempre de bom tom lembrar que Jesus desfez e desfaz todas as barreiras e fronteiras que queiram impedir seu projeto de libertação em favor de todos.

O projeto de Deus é global e tem início na comunidade dos oprimidos. Não existem fronteiras quando se fala em libertação. Jamais será possível trancar a boa-nova do evangelho entre quatro paredes. O hoje de Jesus anuncia a chegada do ano da graça. Em Jesus, o tempo se renova com a renovação das relações entre as pessoas. Não mais

a escravidão e a opressão. E quando é que Jesus manifesta sua presença libertadora? Sempre no hoje de cada um de nós e de nossas comunidades. Em Jesus, o hoje se apresenta como algo contínuo que atualiza sua presença libertadora. O tempo da salvação é anunciado e introduzido por Jesus. Sempre é hoje para Jesus!

III. Pistas para reflexão

- É possível perceber que o projeto de Javé se impõe sobre Jeremias de modo taxativo e determinante. Estaria o texto dizendo-nos que o profeta está em absoluta dependência de Javé e teria consciência de ser mero instrumento em suas mãos e planos? No entanto, Jeremias reage forte e imediatamente: “Ah, Senhor Javé, eu não sei falar, porque sou jovem”. Não se trata apenas de simples desculpa. Não é exagero de Jeremias. Na verdade, seu argumento é convincente. Ele está dizendo que ainda não é um adulto; não é uma pessoa que tenha atingido a maturidade; não tem a vivência e a experiência dos mais idosos, como também não tem experiência para falar. Jeremias está querendo dizer, com todas as letras, que não deseja ser profeta. Contudo, Deus já o escolheu. Agarrou um instrumento aparentemente imprestável para o exercício da função e o preparou para o exercício obediente da missão. Estamos preparados para a surpreendente vocação que provém de Deus? Que desculpas podemos dar diante de Deus?

- Quem não ama o outro não é capaz de amar a si mesmo e muito menos a Deus. Como amaremos a Deus, que não vemos, se não amamos o outro, a quem vemos? Talvez seja necessário reconhecer que nenhum relacionamento para o alto seja possível se antes não existir um relacionamento com os outros. Somente o encontro com o próximo nos leva ao encontro com Deus. Nesse sentido, devemos, com muito maior cuidado, reconhecer Deus na face de todas as pessoas com as quais convivemos.



5º. DOMINGO DO T. COMUM

7 de fevereiro

A santidade se revela na prática da justiça

I. Introdução geral

Muitas vezes temos uma compreensão relativamente inadequada e parcial sobre o significado da palavra “santidade”. Na maioria das vezes, pensamos que santidade está ligada unicamente ao indivíduo que a busca. Nesse sentido, a santidade diria respeito restritivamente a uma pessoa. Todavia, os textos bíblicos nos sugerem que a santidade, ou o fato de ser santo, se manifesta principalmente na prática da justiça. Dessa forma, ser santo e/ou buscar a santidade não significaria tão somente aquilo que faço para Deus, mas também, e especialmente, aquilo que faço para os outros.

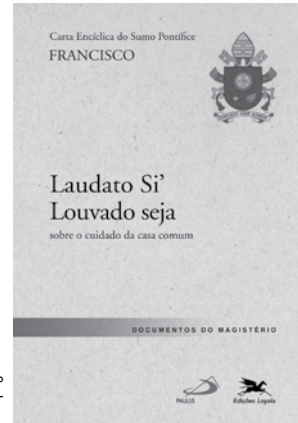
II. Comentários aos textos bíblicos

1. I leitura: Is 6,1-2a.3-8

Para o profeta Isaías, ser santo significa principalmente a prática da justiça: “O Deus santo mostra sua santidade através da justiça” (Is 5,16). Isaías entende que a santidade passa, automática e predominantemente, pela purificação dos pecados de injustiça (Is 1,10-20). Na vocação de Isaías no templo, sobressai sua visão do “santo, santo, santo” (Is 6,3). Visto que o Deus santo de Israel julga com justiça e exige a prática da justiça (Is 11,3-6), nada mais evidente que exigir do seu povo a mesma prática (Is 5,18-19). Isaías salienta que a proposta de santidade, enquanto luta pela justiça, rejeita todas as formas de ritua-

Carta Encíclica *Laudato Si'* Louvado seja Sobre o cuidado da casa comum

Papa Francisco



Com a Encíclica LAUDATO SI', o Papa Francisco convida-nos a refletir sobre o meio ambiente, e a pensar em tantos males provocados contra a mãe Terra. O Sumo Pontífice busca dialogar com a humanidade sobre a nossa “casa comum”, o Planeta Terra.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.



lismos que não sejam acompanhadas da efetiva prática da justiça. É preciso lembrar que os relatos de vocação trazem sempre uma dimensão coletiva. Deus chama para que se preste um serviço ao povo e, por conseguinte, o beneficiário da vocação não é, em primeiro lugar, aquele que é chamado.

É por meio do impacto ocasionado pela declaração da santidade de Deus que a pessoa chamada se torna consciente de sua impureza como ser humano. Se de um lado encontramos a santidade, do outro encontramos a impureza. A impureza é causada pelo pecado e por qualquer comportamento desfavorável à comunidade. O texto mostra a reação do profeta diante da visão. Nota-se a purificação e consagração de sua boca, exatamente porque ele será destinado a falar. Além disso, convém salientar que o texto considera que tanto o profeta quanto os destinatários possuem “lábios impuros”. No entanto, somente o profeta é objeto de purificação. E os destinatários, os líderes, o povo? Vai depender de como irão responder à mensagem do profeta. Morar em meio a um povo de lábios impuros implica também “estar aprisionado na solidariedade da culpa coletiva”. Há diálogo entre os “dizeres”: o profeta ouve, mas também fala. Isaías e Javé se comunicam. Há protagonismo do profeta e, necessariamente, uma autoafirmação como sujeito que tem direito à palavra. Javé não manipula o discurso. Que fique claro: no relato de vocação de Isaías não existe, por parte de Javé, o monopólio da palavra.

2. II leitura: 1Cor 15,1-11

A afirmação da segunda leitura é fundamental para a fé cristã: Jesus morreu e ressuscitou. Trata-se do credo que Paulo recebeu e estava anunciando. Ele, Paulo, não é discípulo sozinho. É, sim, continuador de um caminho iniciado por muitos outros. Consciente de que é apenas mais um elo na grande corrente da fé, Paulo se apresenta como continuador do projeto de evangelização. Na expres-

são “segundo as Escrituras”, podemos perceber que, para os primeiros cristãos, recorrer às Escrituras era o modo de afirmar a veracidade do presente que viviam. Assim, os primeiros missionários tinham a necessidade de demonstrar o caráter de cumprimento profético dos fatos que testemunhavam.

Nota-se também a descrição do testemunho das aparições: a Pedro, aos doze apóstolos, aos quinhentos irmãos, a Tiago e finalmente a Paulo. O caráter do testemunho é essencial na vida cristã. Todos são testemunhas do enorme impacto de Jesus em sua vida. E, mais do que isso, cada uma dessas pessoas deve ser vista como elos da mesma corrente. São testemunhas que assumem, em seu próprio tempo, uma responsabilidade. Podemos até dizer que elas têm consciência do que são. Ao olhar para elas, enxergamos algo diferente: nelas transborda a vida de Jesus. Como as pessoas crerão se não há quem fale? Somente a mensagem sobre Jesus que morreu e ressuscitou pode levar as pessoas a viver em novidade de vida.

3. Evangelho: Lc 5,1-11

A cena acontece no lago de Genesaré. Jesus, Simão, Tiago, João e uma multidão estão presentes. Num primeiro momento, Jesus ensina a multidão e, logo depois, sobe numa das barcas e segue pelo lago. Nesse momento se inicia um episódio no mínimo curioso. Jesus, que havia sido treinado por José na arte da carpintaria, passa a dar orientações sobre a arte de pescar. Jesus orienta: levem o barco para águas mais profundas e lancem suas redes.

Provavelmente a orientação de Jesus pareceu muito estranha aos ouvidos daqueles pescadores experientes. Mestre, trabalhamos duramente a noite toda e não pescamos nada! A reação de Simão é absolutamente natural. O que um carpinteiro poderia ensinar a um pescador? Será que Jesus não estava indo longe demais? Por que ele não se preocupava tão somente em ensinar a Palavra de Deus?



No entanto, sobrenatural é o que Simão diz logo a seguir: Por causa das tuas palavras, jogarei as redes. O que de fato importa é depositar a fé nas palavras de Jesus.

A obediência fez com que pescassem tanto peixe, que as duas barcas estavam a ponto de afundar. Diante do espanto, Jesus inicia seu processo de fazer discípulos. Desse momento em diante, Simão será um pescador de gente. Simão e seus amigos são chamados para espalhar a boa-nova e, para isso, precisarão ir ao encontro das pessoas. Não ficarão mais envolvidos com redes, anzóis, barcos e peixes. Da solidão de um grupo pequeno, eles farão o caminho que os levará ao encontro das pessoas para que elas possam saber que ainda lhes resta o fundamental: o encontro com Jesus. Nesse momento, eleição e vocação se encontram numa pessoa: Simão.

Jesus dirige a Simão uma palavra de movimento que colocou o pescador diante de uma prova de fé. Era o exato momento para crer contra toda a falta de esperança. E a fé põe Simão e seus companheiros em movimento. Ainda que cansados, após terem pescado por horas em vão, a fé para eles se tornou elemento motivador. Se à noite, que era o tempo mais propício para a pescaria, o resultado fora completamente nulo, sob a palavra de Jesus as redes se encheram ao clarão do dia. Não se frustra aquele que deposita fé nas palavras de Jesus. Se antes os amigos eram sócios na atividade pesqueira, a partir do encontro com Jesus estariam muito mais ligados para dar início à construção de uma nova sociedade. É interessante observar que os locais de vida de Pedro, por exemplo, o lugar onde ele orava, sua casa e seu local de trabalho, são libertados da miséria, da doença, da desgraça e da falta de êxito. Mais vale a vida com a presença de Jesus!

“Não tenha medo!” É a expressão admirável de Jesus. Ele tira o medo de Simão e lhe dá uma tarefa. A presença de Jesus lança fora o medo e permite que sejam assumidas fun-

Com Maria vocacionados para a alegria do Evangelho

Coral Palestrina (Apucarana, PR)



A PAULUS Editora oferece o 43º CD do Coral Palestrina de Apucarana, PR, na regência da maestrina Ir. Custódia Maria Cardoso. O CD Com Maria vocacionados para a alegria do Evangelho vai enriquecer e dar maior sentido às celebrações vocacionais, porque celebrar e cantar o Chamado, contemplando Maria, a vocacionada do Pai, é ter a certeza de que o caminho que seguimos nos conduzirá para a Alegria do Evangelho.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





ções antes ignoradas e/ou tidas como impossíveis. O exemplo de Abraão e de Maria fala por si mesmo.

III. Pistas para reflexão

- É a presença de Jesus que lança fora o medo! A experiência de Simão é fundamental para compreendermos a maneira pela qual podemos “desmontar” os muitos projetos que nos causam medo. Antes de mais nada, é preciso considerar que Simão assume como suas as palavras e, com elas, o projeto de Jesus. São as palavras de Jesus que realmente importam. Simão passa a olhar a própria vida a partir de outro ângulo e, fazendo isso, percebe que algo pode ser diferente. Jesus ensina Simão a olhar para o mesmo lugar, porém de forma diferente, e isso faz toda a diferença.

- Somente um Deus santo poderia exigir santidade de seu povo. Assim como somente um Deus justo poderia exigir que seu povo viva na prática da justiça. Santidade e prática da justiça são complementares. A santidade de Deus se manifesta por meio de sua justiça. É a declaração do profeta Isaías. Talvez esteja mais do que na hora de pensarmos que a busca pela santidade passa necessariamente pela prática da justiça na vida cotidiana.

1º DOMINGO DA QUARESMA

14 de fevereiro

Responsabilidade e protagonismo de cada cristão

I. Introdução geral

Ser protagonista exige responsabilidade. Muito mais fácil é permanecer na dependência dos outros e deixar que decidam tudo

quanto for necessário. E, por causa dessa acomodação, muitos deixam de ser sujeitos de si mesmos e abandonam a autonomia que lhes é própria. Deus, quando se insere na história dos escravos no Egito, age como protagonista, libertando-os. Todavia, o protagonismo de Deus abre as portas e estimula os escravos para que, a partir desse momento, eles mesmos possam assumir o protagonismo de sua vida. Deus lhes dá um projeto e uma terra. Mais do que isso, Deus concede-lhes a possibilidade de se assumirem e construírem na terra prometida um projeto de liberdade que nasceu, para eles, do próprio Deus.

II. Comentários aos textos bíblicos

1. I leitura: Dt 26,4-10

A primeira leitura representa não somente uma confissão de fé, como também um itinerário espiritual. O povo se encontrava numa jornada que incluía desde o desaparecimento até a escravidão, seguida de requintes de violência, situação na qual não parecia haver nenhum tipo de esperança de que um dia a vida iria melhorar. Em meio à brutalização da vida e à antecipação da morte, os escravos clamaram a Deus, e o seu clamor foi ouvido por ele. Aflição, sofrimento e opressão que ameaçavam e, na verdade, colocavam abaixo não somente o presente, mas também o futuro do povo. Deus irá manifestar-se a partir da periferia do Egito e ao lado daqueles que se encontravam submetidos e derrotados.

No entanto, a inserção de Deus na história dos escravos não deve ser vista como analgésico para amenizar as dores de cada um deles. Ao se manifestar junto aos escravos e contra o rei do Egito, Deus apresenta um projeto de vida abundante em outra terra, tendo eles mesmos como protagonistas de uma nova sociedade. Diante da libertação



provocada por Deus, somente resta ao povo se prostrar diante dele e agradecer todas as coisas boas que realizou.

2. II leitura: Rm 10,8-13

A segunda leitura nos mostra que o apóstolo Paulo se opõe a viver a vida cristã de forma esquizofrênica. Para ele, deve haver coerência entre a fé que confessamos com os lábios e a fé vivida no coração. A fé deve ser vivida de forma integral. De fato, a fé atinge a pessoa toda, fazendo que ela dê frutos no cotidiano. Coração e lábios estão juntos num projeto de vida que leva a viver como se não houvesse mais barreiras.

O relacionamento com Deus não é construído a partir de um processo mágico, mas unicamente por meio da obediência à sua vontade, que não se prende a coisa alguma. Além disso, a vida cristã não combina com as injustiças, isto é, o que fazemos no templo não pode ser acompanhado por injustiças praticadas no dia a dia. A celebração a Deus não combina com a vida diária daqueles que vivem duplicidade de comportamento e, por isso, não é vida autêntica. Para Paulo, o comportamento diário é o critério para a autenticidade do culto. Certamente o que acontece nas ruas profana ou não a nossa condição de discípulo.

Nesse novo projeto de vida, a igualdade entre todos os povos se faz sentir de modo seguro e verdadeiro. A confissão de fé, ao invocar o nome do Senhor, garante que a pessoa será salva mediante a responsabilidade e o protagonismo de cada indivíduo em sua relação com Jesus. Na verdade, estamos diante de uma responsabilidade intransferível e inegociável.

3. Evangelho: Lc 4,1-13

É cheio do Espírito Santo que Jesus enfrenta três dos maiores desafios de qualquer ser humano: a fome, que se apresenta como a possibilidade da satisfação de uma necessida-

Homilia Formação e arte de comunicar

Padre Jacques Trudel



O presente livro é fruto da experiência acadêmica e pastoral do autor como professor de Teologia e administrador paroquial em bairro popular. Tem como meta ajudar na formação dos que se preparam para o exercício da homilia. Primeiramente, os ministros ordenados, mas também leigos e leigas que assumem um ministério de "pregação" nas Celebrações da Palavra das comunidades. Quem vai fazer homilia deve ter claro, em primeiro lugar, o que é a homilia como parte da liturgia renovada pelo Concílio, ou seja, sua natureza, finalidade, características.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





de básica, a segurança religiosa e o desejo irrefreável de poder. Pensemos também que, diante das tentações, Jesus responde com a Escritura. Seu incisivo “está escrito” permite compreender um eficiente processo de catequese. Diante das grandes questões que desestabilizam homens e mulheres em todos os tempos e lugares, Jesus traz a Palavra de Deus para dentro da vida. Em meio ao caos que as tentações desejam instalar, Jesus combate cada uma das tentações com a libertação que vem da Palavra e que não permite aprisionamentos. Ele responde com segurança, e a segurança vem das Escrituras. “Está escrito” revela muito mais do que poderíamos imaginar; revela que Jesus tinha plena consciência da necessidade de sempre estar preparado e alicerçado na Palavra de Deus. Se as tentações parecem fortes e têm o poder de desestabilizar, necessário se faz buscar forças e fundamentos numa palavra eterna.

São três tentações que atingem Jesus em cheio. Mas não se trata de tentações episódicas e homeopáticas. Na verdade, trata-se de tentações que perseguem o ser humano ao longo de toda a sua história e, por isso, são tsunâmicas. Possuem força tão avassaladora, que, ao longo da história da civilização, podemos encontrar muitos desastres ocasionados exatamente como frutos dessas tentações. Portanto, as tentações não são somente para Jesus, mas também para toda a humanidade. Todo homem e toda mulher são vítimas dessas tentações que nos levam a desejar o indesejável. Três tentações que nos envolvem de tal maneira, que nos perdemos completamente. Jesus, ao vencê-las, aponta para a possibilidade que temos de fazer o mesmo caminho. Reagir às tentações de forma diferente de Jesus levará cada um a sucumbir diante delas. Bom seria se a vida não oferecesse tentações. Certamente tudo seria mais fácil e mais facilmente viveríamos a vida cristã. Todavia, as tentações se apresentam sem aviso prévio. Não sabemos quando e em que lugar elas se apresentarão.

Sendo assim, antes que sejamos engolidos pelas tentações e nos vejamos perdidos no olho do furacão, talvez seja necessário e prudente nos anteciparmos aos dias maus e vivermos plenamente o projeto de Jesus em nossa vida, pois ele mesmo foi tentado em tudo, mas em tudo foi vencedor.

Jesus enfrenta os desafios e não se faz de vítima. Poderia muito bem apelar para a fragilidade física que se apresentava após quarenta dias de jejum. Fraco e esgotado fisicamente, seria uma vítima fácil! Todavia, a aparente fraqueza e esgotamento não são nada se comparados com duas expressões que fazem toda a diferença: Jesus estava “cheio do Espírito Santo” e “no Espírito” era conduzido pelo deserto. É justamente no momento em que Jesus parece ser mais fraco que ele é mais forte!

III. Pistas para reflexão

- Na experiência do povo do Êxodo, Deus se manifestou desde a periferia do Egito. Em meio àqueles/as que estavam destinados a morrer antes do tempo e a viver marcados pela dor e pelo desespero, aí Deus fez seu lugar preferencial. Aqueles que haviam sido esquecidos pelos governantes e por seus deuses foram objeto preferencial e solidário do amor de Deus. Desde a periferia existencial, econômica e social dos escravos/as é que se dá a mais bela das experiências da ação de Deus na história. Deus caminha pelas periferias do mundo. E por onde vão nossos passos?

- Uma das tentações mais poderosas e que mais estragos faz no povo de Deus é a tentação do poder. Não conseguimos compreender como o poder, na dimensão evangélica, está extremamente ligado ao serviço. Podemos até mesmo sair vencedores em dois dos três *rounds* das tentações. No entanto, fazemos questão de sucumbir diante da tentação do poder. Afinal, desejamos o poder e lutamos por ele. Queremos ser os melhores, e como melhores exercer a autoridade. É pro-



vável que ainda hoje queiramos ser como aqueles discípulos que desejavam sentar-se um à direita e outro à esquerda de Jesus. Para esses o mais importante não é Jesus e o seu projeto, mas o poder pelo poder!

2º DOMINGO DA QUARESMA

21 de fevereiro

Quando Deus conduziu Abraão para fora da caixa

I. Introdução geral

Uma das nossas maiores dificuldades é cristalizarmos nossos pensamentos e formas de ser e de viver. Cristalizamos de tal maneira, que até Deus parece incapaz de alterar. Vivemos engessados e, por isso, temos dificuldades de pensar fora da caixa. Tudo parece já bem decidido e refletido. Não damos espaço a novas possibilidades, novas descobertas, novos caminhos, novos estudos, novas percepções. Em determinado momento da vida de Abraão, Deus o chamou para sair de si mesmo, para sair de sua terra, para sair de sua tenda, para ver o céu que já havia visto inúmeras vezes, mas para vê-lo de maneira nova. Deus sempre deseja que vejamos de forma diferente. Pensar fora da caixa é se deixar aberto para as muitas surpresas de Deus.

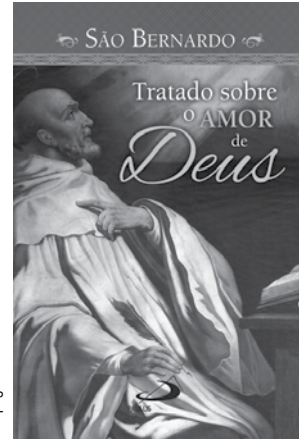
II. Comentários aos textos bíblicos

1. I leitura: Gn 15,5-12.17-18

Deus conduziu Abraão para fora de sua tenda não apenas para que visse algo novo, mas também para que pensasse algo novo,

Tratado sobre o amor de Deus

São Bernardo



“Queres então saber de mim por qual motivo e em que medida devemos amar a Deus? Bem, digo que o motivo de nosso amor por Deus é Deus em si mesmo, e que a medida desse amor é amar sem medida. Está suficientemente claro? Sim, talvez, para um homem inteligente, mas devo falar para sábios e ignorantes, e se já disse de modo claro para os primeiros, devo também considerar os segundos. É então para eles que vou desenvolver minhas ideias, e procurar aprofundá-las.” (Tratado sobre o amor de Deus 1, 1)

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





isto é, para que pensasse fora da caixa! Uma das maiores dificuldades é nos considerar, de fato, filhos de Deus. Muitas vezes não acreditamos em Deus como deveríamos acreditar. Quando erguemos os olhos ao céu, precisamos também acreditar que o Deus que criou a multidão incontável de estrelas é o mesmo que verdadeiramente caminha junto a nós e dentro de nós. Acreditar é empenhar a vida. É se projetar em Deus. Não é apenas um sentimento que passa pelo nosso coração. Tem algo de prático e que nos leva a dedicar o que somos ao próprio Deus. Não é mero exercício mental. Novamente o texto revela a fragilidade de Abraão. As situações se tornam difíceis. Nem sempre temos controle sobre os fatos que ocorrem em nosso dia a dia. E quando são imprevisíveis e desestabilizam o que somos e o nosso ambiente, essas experiências geram em nós um sentimento de pânico.

Abraão está vivendo uma situação muito complicada. O medo está sendo gerado em seu coração numa velocidade vertiginosa. Somos frágeis! Não somos tão fortes quanto pensávamos. Às vezes podemos até nos apresentar como fortes e fazer cara de fortes. Mas isso não dura muito tempo. O normal é que tenhamos consciência da fraqueza do ser humano. Se somos fracos, é forte quem nos acompanha. Essa é a experiência de Abraão. Não há problema quando alguém se sente muito fraco ou com medo. O mal é a pessoa se sentir com muito medo e se esquecer de que junto a ela está alguém todo-poderoso, que supre a fraqueza humana com a sua força divina. Não é errado sentir medo, não é pecado. Mas não podemos ser reféns do medo, só porque ele tem a força de nos paralisar e nos impedir de caminhar pelos lugares para onde Deus nos convida. O medo impede que pensemos, sonhemos, acreditemos nas coisas de Deus. Até pode inviabilizar o projeto do Pai.

Faz-se necessário que repensemos o que somos, ao vivermos essas experiências negativas. Abraão sente medo, mas não vai viver

com medo a vida toda. Episodicamente ele tem experiências de medo. Muito mais do que as experiências de medo, ele tem a certeza de que o Deus que o acompanha é aquele que garante coragem sobre o medo e poder sobre a fraqueza. Um texto que demarca a experiência cotidiana de Abraão: “o sol se pôs e veio a noite”. Deus se relaciona conosco na ordem do cotidiano. As experiências que temos com Deus se inserem na ordem do dia. Para nos relacionarmos com Deus, não podemos negar a história de nossa vida ou negar o mundo em que vivemos. No dia exato, Deus novamente aparece e se insere na nossa vida; acontece, então, uma experiência significativa.

Uma orientação clara do texto: Deus fala a partir do nosso cotidiano. Onde vamos procurar Deus? Devemos procurá-lo no dia a dia. Acontece um episódio muito particular. Deus estabeleceu uma aliança conosco. Deus vem do alto dos céus e se insere na história do ser humano, caminha com ele como companheiro e faz uma aliança. Não é só diálogo, vai muito além. Não apenas conversa, não joga conversa fora... Faz uma aliança, um acordo que nos leva a viver uns para os outros, um se doando ao outro. Não é apenas para vivermos uma experiência (ainda que seja uma experiência maravilhosa). Deus se envolve em nossas experiências de vida. Ele quer que sejamos seus filhos e filhas. É algo muito mais profundo. É algo que faz a diferença entre sermos filhos bem conhecidos de Deus. Conhecer a Deus significa fazer aliança com ele.

2. II leitura: Fl 3,17-4,1

Imitar a Paulo porque ele é imitador de Jesus. Paulo frequentemente se apresenta como modelo. Ele sabe que tem algo a oferecer. Nem sempre é fácil ou simples apresentar-se como modelo para os outros. No entanto, em que Paulo será modelo? Podemos observar que o v. 18 nos ajuda a responder. Paulo é o modelo pelo caminho da cruz que escolheu. Muitos outros escolhiam o caminho da facili-



dade, do comodismo e da glória pessoal. Paulo, ao contrário, escolheu o caminho da humilhação, do sofrimento, do esvaziamento de si próprio. Nesse sentido, o apóstolo, como discípulo que era, reproduzia em si os mesmos sentimentos que havia em Jesus. Assim é ser discípulo: trazer na própria vida as marcas/características que lembram o próprio Cristo. Cada discípulo, de fato, deveria reproduzir em si mesmo, em seu modo de viver, os mesmos sentimentos que havia em Jesus. Dessa forma, seremos modelos uns para os outros.

3. Evangelho: Lc 9,28b-36

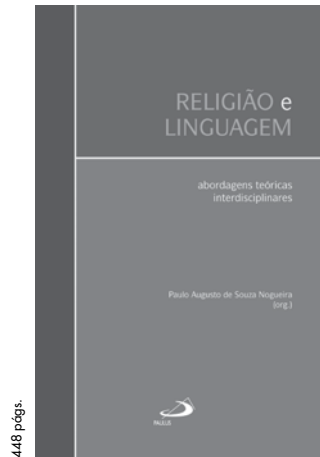
Em certa ocasião, Jesus levou três discípulos seus para rezar: Pedro, Tiago e João. Foram até a montanha que, na tradição do povo de Deus, é lugar privilegiado para manifestações divinas. E quando Jesus estava rezando, aconteceu uma mudança espetacular: o rosto dele mudou de aparência e sua roupa ficou branca e brilhante. Além disso, duas outras pessoas apareceram e conversavam com ele: Moisés e Elias. Conversavam a respeito do conflito final que, no texto, é tomado como “êxodo”.

Depois de acordar de sono profundo, Pedro entra na conversa e dá sinais de que não estava sintonizado com o projeto de Jesus. Poderia um discípulo, mesmo após um tempo considerável, ainda não compreender os planos do mestre? Parece, justamente, esse o caso de Pedro. O texto bíblico é de uma clareza impressionante: “Ele não sabia o que estava dizendo”.

“Mestre, é bom estarmos aqui”, diz Pedro. Ele reconhece o momento sublime que está vivendo. Na verdade, se pudesse, Pedro quereria congelar esse momento e eternizá-lo. É o momento em que a antiga e a nova aliança estão presentes. Dois grandes personagens da antiga aliança se apresentam memoravelmente. Pedro, Tiago e João são testemunhas privilegiadas desse momento. Mas Pedro fala mais rápido do que pensa: “Vamos

Religião e linguagem Abordagens teóricas interdisciplinares

Paulo Augusto de Souza Nogueira (org.)



Ao se aliar com a linguística, com os estudos literários e discursivos, as ciências da religião também pretendem se inserir na reflexão que marca as ciências humanas desde o século passado, de que a linguagem é fundada num signo fraturado, cuja contiguidade com o que ele significa é questionada. A religião, se configurando como um sistema de linguagem na cultura, é também submetida às ambiguidades, criações e manipulações dos sistemas de signos? Oscilaria a religião entre as possibilidades de criação poética e de manipulação pelo poder?

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 5087-3625

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





armar três tendas: uma para ti, uma para Moisés e outra para Elias”.

Pedro se deixou encantar com o que via e resolveu acomodar todos no alto da montanha. Nem mesmo se deixou incomodar com a falta de uma tenda pessoal. Que Jesus, Moisés e Elias ficassem bem acomodados, contanto que fosse no alto da montanha. O grande problema é que Pedro, ao fixar o olhar no alto da montanha, se esqueceu da missão que deveria acontecer na cidade. Qual seria a relevância de um evangelho restrito a poucas pessoas no alto de uma montanha?

Talvez Pedro esperasse, com essa atitude, desviar Jesus de sua missão. No entanto, uma voz celeste afirmou: “Este é o meu Filho escolhido. Ouçam-no”. Para Jesus, a missão devia realizar-se em meio ao conflito do cotidiano e não no bem-estar que privilegia alguns poucos. Pedro queria trocar o conflito pelo conforto de uma visão celestial, enquanto Jesus queria que suas palavras e ações fossem relevantes na história do povo pobre que o seguia.

O verdadeiro discipulado não é aquele que se esconde em visões celestiais, e sim aquele que assume as contradições da história, encarnando os verdadeiros valores do evangelho.

III. Pistas para reflexão

- Deus nos fala a partir do cotidiano. Por isso se faz necessário sermos bons intérpretes da realidade, a fim de encontrarmos Deus justamente aí. Muitas vezes, temos predileção por um evangelho que nos desconecta da vida e nos faz perder nossas raízes. Porém Deus se revela dentro da história. E, por isso, é necessário valorizar o cotidiano como lugar privilegiado de encontro com Deus. Sim, Deus nos chama para vivermos um evangelho integral na história, assumindo-a, ao construirmos nela o Reino.

- Vivemos numa sociedade que a todo momento produz modelos e os expõe 24 ho-

ras por dia. No entanto, são modelos que não se sustentam, porque são frágeis e artificiais. A quem devemos imitar? Quais modelos devemos eleger para orientar a vida de nossos filhos? É claro que Jesus é o modelo mais bem-acabado que possa existir e que vale a pena imitar. Paulo descobriu essa verdade e o imitava. E, por isso, podia dizer com toda a convicção: sejam meus imitadores. E nós poderíamos dizer a mesma coisa?

3º DOMINGO DA QUARESMA

28 de fevereiro

A desgraça da inutilidade

I. Introdução geral

Certa vez, Jesus passou diante de uma figueira e percebeu que nela não havia fruto algum. Depois de certo tempo, passou novamente e não encontrou absolutamente nada. Qual é a utilidade de uma árvore frutífera que não produz frutos? Às vezes, quando ambientamos essa experiência de Jesus restritivamente às árvores, pouco nos incomodamos. Porém, e se em vez de árvores pensássemos que Jesus está diante de cada um de nós à procura de frutos? Qual seria a ação dele?

II. Comentários aos textos bíblicos

1. I leitura: Ex 3,1-8a.13-15

Estamos no monte Horeb (também conhecido como Sinai), “a montanha de Deus”. Nesse local, Moisés viverá uma experiência extraordinária que o marcará para o resto da vida. Moisés é atraído pela manifestação divina e não acredita no que seus olhos veem: um



arbusto que queima e não se consome. Mas, nesse momento, recebe uma advertência: deve tirar as sandálias dos pés, porque o lugar em que se encontra é terra santa. Moisés é um errante que está fugindo de si e dos outros. Contudo, nesse encontro, Deus reaviva a memória de Moisés, dizendo: “Eu sou o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó”. Não é um Deus ligado ao império egípcio, que propiciava escravidão e morte; não era uma divindade que legitimava os atos violentos do império.

O Deus que falava com os antepassados de Moisés continuava falando. E, agora, fala para dentro de uma situação de profunda dor. “Vi a aflição do meu povo... Ouvi seu clamor por causa dos opressores, conheço-lhe o sofrimento e por isso desci para libertá-los”. Moisés é chamado por Deus para ser parceiro no processo de libertação.

Qual é a grande e surpreendente descoberta de Moisés? Depois de tantos anos na corte egípcia e de tantos outros como pastor, ele aprende que Deus está atento ao sofrimento do povo. Não é somente um Deus que fala. Trata-se de um Deus que ouve e age. Um Deus que não permanece numa zona de conforto, enquanto o povo sofre toda sorte de violências que antecipam a morte. E, além disso, é um Deus que vê o que acontece com os escravos: seus olhos estão voltados para os que sofrem, para as vítimas do reino das trevas, representado, nesse momento, pelo império egípcio.

Deus desce, mas não como os deuses do faraó, que, ao descerem, permanecem ao redor daquele que tem o poder e promove seu reino à custa de milhares de vítimas. Deus desce em direção à periferia do Egito e se solidariza com os oprimidos; identifica-se com os escravos e cria para eles nova possibilidade histórica numa terra que mana leite e mel e na qual poderão construir nova sociedade, onde as relações já não sejam marcadas pela violência e escravização e sim pela solidariedade e fraternidade.

2. II leitura: 1Cor 10,1-6.10-12

Há na segunda leitura clara orientação de Paulo aos coríntios: devem caminhar recordando a história da salvação. Para isso, Paulo segue uma ordem: nuvem (Ex 13,21), mar (Ex 14,21), maná (Ex 16,4), água (Ex 17,6), revolta (Ex 32,6). A caminhada da libertação do povo havia sido marcada pela ambiguidade; por isso, ao fazer memória da história, Paulo deseja reavivar os coríntios e comparar a história da peregrinação pelo deserto com a experiência atual da comunidade. Pedagogicamente, o apóstolo demonstra que os crentes coríntios poderiam cair em adversidades tão fortes quanto as dos israelitas no deserto.

Paulo faz belíssima releitura da história de Israel, para atualizá-la na comunidade de Corinto. Assim, a nuvem e o mar prefiguram o batismo; o maná e a água da rocha simbolizam a presença constante de Cristo que acompanha as comunidades. E, profundamente realista, Paulo não faz somente boas comparações. Ele passa a aplicar à realidade do povo de Deus em Corinto os fatos negativos do deserto, a saber: não cair na cobiça (v. 6), na idolatria (v. 7), na impureza (v. 8), na tentação a Deus (v. 9) e na murmuração (v. 10). O que determina a vida cristã não é a autossuficiência, mas a dependência diante de Deus.

3. Evangelho: Lc 13,1-9

A parábola tem como função principal causar certo impacto no ouvinte e arrancar uma resposta. Não há, diante de uma parábola, a possibilidade de ficar neutro; é necessário que o ouvinte responda! Na parábola da figueira estéril, encontramos três referenciais: o dono da parreira, que é Deus; o cultivador de uvas, que é Jesus; e a figueira estéril, que é o povo judeu.

O auditório dessa parábola eram os judeus que, apesar de sua pompa religiosa, deixavam para trás o espírito de arrependimento. Eles achavam que, pelo simples fato de morarem



em Jerusalém, seriam superiores a todos os outros; um comportamento que foi radicalmente condenado por Jesus (Lc 13,4-5).

A figueira é marcada pela esterilidade. Nos três primeiros anos, esperava-se que a árvore crescesse (Lv 19,23); e já eram passados seis anos (Lc 13,7) do seu plantio e, como não produzira nada, confirmando sua esterilidade, não cumpria sua missão. Há um propósito específico para a figueira, assim como há para cada diferente árvore frutífera. No caso da figueira: produzir figos. Para ela, não bastava fazer sombra e abrigar pássaros. Afinal, qualquer árvore pode abrigar pássaros em seus galhos e fazer sombra. Aquilo que era específico da figueira, ou seja, produzir figos, próprio de sua natureza, não acontecia.

A natureza de uma árvore é conhecida pelos frutos que produz (Mt 7,16). À semelhança da figueira estéril, os judeus, chamados por Deus para testemunhar a respeito dele, não estavam exercendo sua missão. Ao contrário, com sua falseada religiosidade, impediam que as pessoas se relacionassem com Deus. Não se apresentavam, portanto, como elos de comunhão, e sim como empecilhos. Neles não se encontravam o perdão (Mt 18,35), a misericórdia (Mt 9,13) e a justiça (Lc 11,42).

O drama vivido pela figueira não se relacionava com a qualidade de sua sombra nem muito menos com a beleza de suas folhas. O problema estava na ausência permanente de frutos. A árvore é conhecida pelos frutos que produz, e a ausência de frutos impede a verdadeira identificação de sua natureza. Nesse caso, ela perde seu sentido de existir; torna-se inútil.

O problema da esterilidade da figueira não estava, portanto, em sua aparência, e sim

na sua raiz, no seu coração. O viticultor (Jesus) acena com esperança para recuperar a figueira estéril, dando tratamento às raízes. Sem dúvida se trata de ação recheada de esperança e graça. Jesus se apresenta como o cultivador que quer fazer algo excepcional e não costumeiro, ou seja, quer tentar a última ação possível. Não se trata necessariamente de uma declaração de julgamento, mas, sim, de conversão. A misericórdia de Deus chega a ponto de suspender a decisão de castigar que já fora tomada. Em Jesus encontramos profunda graça e misericórdia, que faz com que nosso coração se converta e produza frutos em abundância.

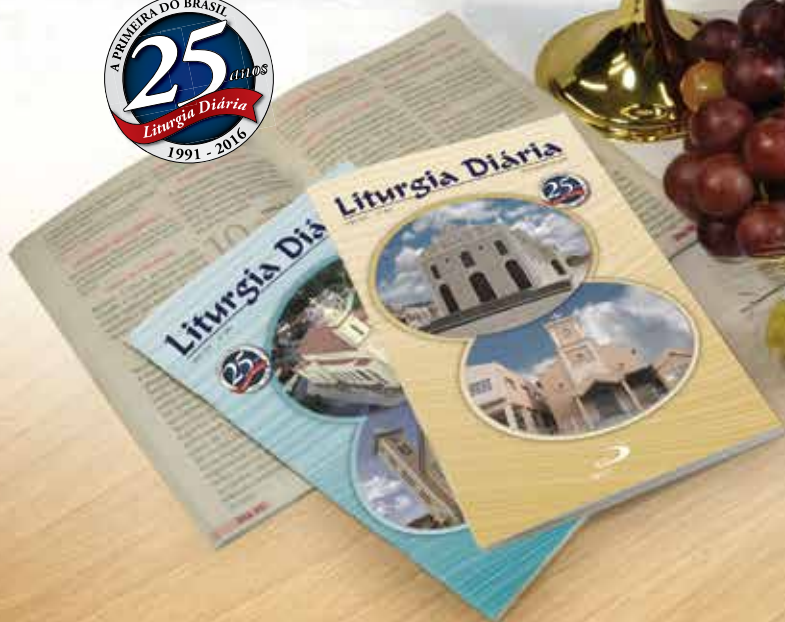
III. Pistas para reflexão

- Pelo fruto os conhecereis, disse certa vez Jesus. Uma árvore boa não pode produzir frutos ruins e uma árvore ruim não pode produzir frutos bons. Se estamos inseridos em Jesus, damos bons frutos. Trata-se, no final, exatamente disto: Qual o fundamento de nossa vida? Quais frutos produzimos por causa de nossa dependência do Senhor? Com que tipo de árvore somos assemelhados? Ou ainda: será que não vivemos marcados pela esterilidade e as pessoas não encontram fruto algum em nós?

- O Deus que se revela nas Escrituras não é um *iceberg*. É um Deus que se relaciona e, por isso, vê, conhece, ouve e visita seu povo, para o libertar. Não se trata de um Deus insensível, que se acomoda numa zona de conforto. É um Deus que está atento ao sofrimento do seu povo e que age a favor dele. Deus não é marcado pela passividade e pela apatia. Nele encontramos ação libertadora e coração generoso. ●

Rezar, celebrar *e meditar com* Liturgia Diária

Aproveite cada momento da vida para viver
por Cristo, com Cristo e em Cristo,
e todos os dias saborear sua Palavra.



Em 2016, LITURGIA DIÁRIA completa 25 anos de história. Nós, da PAULUS, temos a alegria de celebrar com você o grande bem que esse subsídio litúrgico tem proporcionado ao povo de Deus durante esses anos. Convidamos você a continuar fazendo história conosco.



FOLHETOS

litúrgico-catequéticos

Subsídios para comunidades de Fé.

Os folhetos litúrgico-catequéticos da PAULUS visam ajudar as comunidades na experiência de fé, quando se reúnem em torno da Palavra e da Eucaristia para celebrar o memorial da paixão, morte e ressurreição do Senhor.



O DOMINGO – Semanário Litúrgico-Catequético

Missão: Animar as comunidades que se reúnem para celebrar a Eucaristia. Traz os textos oficiais do Missal e do Lecionário, cantos específicos e duas reflexões: uma bíblica e outra catequética.



O DOMINGO – Celebração da missa com crianças

Missão: Dinamizar a celebração eucarística com as crianças. As orações, músicas, ilustrações e a linguagem são próprias para as crianças celebrarem a Missa com alegria.



O DOMINGO – Celebração da Palavra de Deus

Missão: Celebrar a presença de Deus na caminhada do povo, mediante a Liturgia da Palavra dominical. Específico para as celebrações litúrgicas das comunidades sem padre.

paulus.com.br
11 3789-4000 | 0800-164011
assinaturas@paulus.com.br

